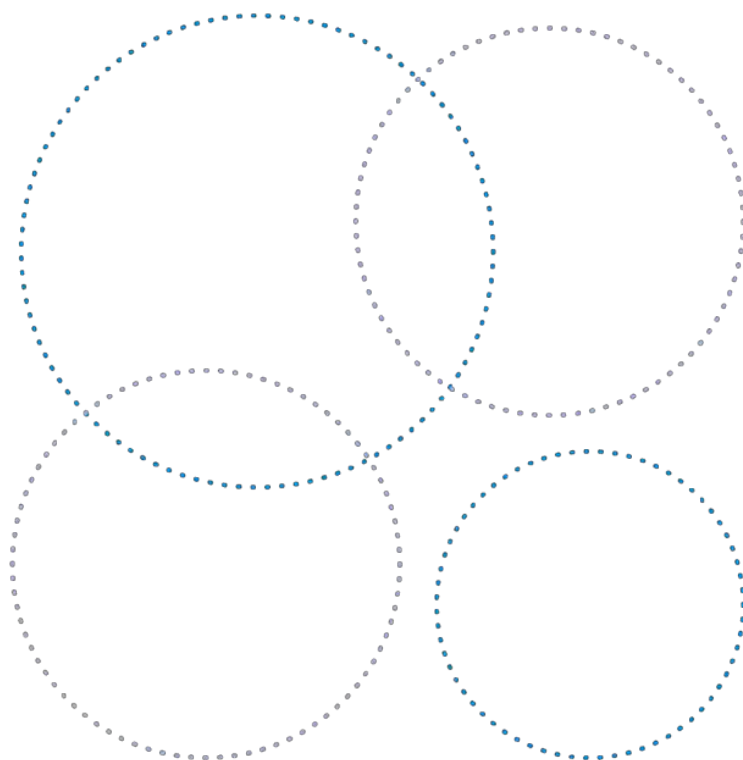


Relatório de Controle Interno do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2017





FUNPRESP-JUD

Fundação de Previdência Complementar do
Servidor Público Federal do Poder Judiciário

Conselho Fiscal

RELATÓRIO DE CONTROLES INTERNOS

1º/2017

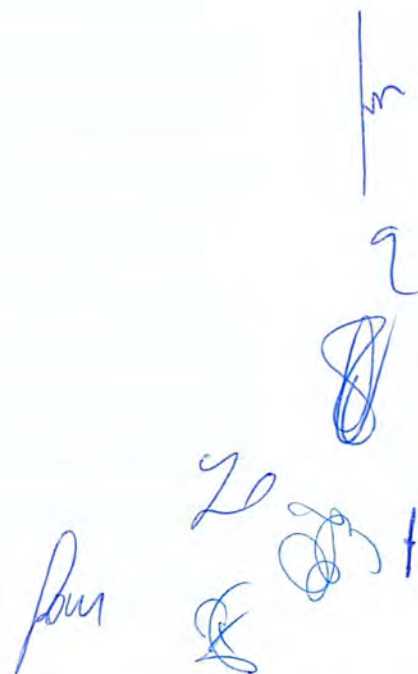
[Handwritten signatures in blue ink]

Sumário

1. Introdução	4
2. Gestão do passivo	6
2.1. Informações Cadastrais	6
2.2. Informações Atuariais e de Benefícios	9
2.3. Provisões Matemáticas	12
2.4. Monitoramento das obrigações atuariais	13
2.5. Considerações	14
2.6. Análise das manifestações das recomendações	15
2.7. Recomendações	16
3 Gestão dos Investimentos	18
3.1 Verificação dos limites globais e das diversificações dos recursos alocados do Plano de Benefícios (PB) e do Plano Geral de Administração (PGA) com a Política de Investimento da FUNPRESP-JUD	18
3.2 Verificação das rentabilidades alcançadas pelos investimentos do Plano e do PGA da FUNPRESP-JUD	22
3.3 Verificação dos controles internos sobre os riscos de crédito, de mercado e de liquidez em aderência com a política de investimentos	23
3.4 Verificação dos custos com a gestão dos investimentos do Plano e do PGA	25
3.5 Plano de Benefícios da FUNPRESP-JUD versus PBGL de uma instituição financeira privada	26
4. Execução Orçamentária	29
4.1 Receitas	29
4.2 Despesas	30
4.3 Gestão Contábil	32
4.3.1 Demonstrativos Contábeis	32
4.4 Evolução do empréstimo junto aos Patrocinadores	32
5. Gestão das arrecadações	34
5.1 Relatório de Controles Internos	34
6. Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos	43
6.1. Governança	43
6.1.1. Estrutura Organizacional	44
6.1.2. Planejamento Estratégico	45
6.1.3. Normatização Interna	47
6.1.4. Gestão de Pessoas	50
6.1.5. Gestão de TI	50

Handwritten signatures and initials in blue ink are present on the right margin of the page, including a large signature at the bottom right and several smaller initials or marks above it.

6.1.6. Gestão de Contratos e Licitações	51
6.1.7. Gestão de Seguridade	51
6.1.8. Gestão Contábil	52
6.1.9. Gestão Orçamentária	52
6.1.10. Atividades da Diretoria Executiva	53
6.1.11. Relatório dos Encontros Regionais	53
6.1.12. Análise da Governança	54
6.2. Controles Internos	54
6.3. Transparência	59
6.3.1. Portal de Governança e Transparência	59
6.3.2. Relatórios	59
6.3.3. Análise da Transparência	61
7. Manifestação final	63

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures in blue ink. There are approximately seven distinct signatures, some of which are large and stylized, while others are smaller and more compact. The signatures are arranged in a loose cluster, with some overlapping.

1. Introdução

Apresentamos o Relatório Semestral de Controles Internos da Funpresp-Jud do 1º semestre de 2017, em cumprimento ao disposto no art. 19 da Resolução-CGPC nº 13/2004, *in verbis*:

Art. 19. Sem prejuízo de atribuições definidas em normas específicas, o conselho fiscal emitirá relatórios de controles internos, pelo menos semestralmente, que contemplem no mínimo:

I - as conclusões dos exames efetuados, inclusive sobre aderência da gestão dos recursos garantidores dos planos de benefícios às normas em vigor e a política de investimentos, a aderência das premissas e hipóteses atuárias e a execução orçamentária;

II - as recomendações a respeito de eventuais deficiências, com o estabelecimento de cronograma de saneamento das mesmas, quando for o caso;

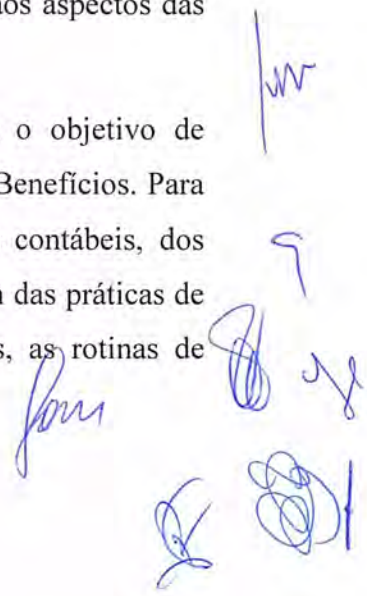
III - análise de manifestação dos responsáveis pelas correspondentes áreas, a respeito das deficiências encontradas em verificações anteriores, bem como análise das medidas efetivamente adotadas para saná-las.

O resultado é decorrente do trabalho desenvolvido pelos membros do Conselho Fiscal, após análise e exame dos documentos e informações disponibilizados pela Entidade, além da verificação da legislação pertinente, na forma prevista no art. 19 supra.

Acrescente-se que, no período, foram acompanhadas as atas do Conselho Deliberativo e os boletins da Diretoria Executiva, os relatórios gerados pela Diretoria, as certidões emitidas pelos diversos órgãos governamentais, o cronograma de obrigações da Entidade e os normativos que regem a Funpresp-Jud, além do Relatório de Controles Internos solicitado por este órgão à Diretoria Executiva da Funpresp-Jud.

Outro ponto de fundamental importância foram as apresentações realizadas pela Diretoria Executiva, as quais forneceram informações e prestaram esclarecimentos sobre a situação da Fundação, além do acompanhamento e manifestação quanto aos aspectos das atas de reunião deste Conselho.

Sabe-se que o Conselho Fiscal desempenha o seu papel com o objetivo de acompanhar e fiscalizar o funcionamento da Fundação e de seu Plano de Benefícios. Para isso, compete-lhe o exame dos balancetes mensais, das demonstrações contábeis, dos investimentos, dos relatórios das auditorias e das avaliações atuárias, além das práticas de governança desenvolvidas junto à entidade, como os controles internos, as rotinas de trabalho e o gerenciamento de riscos.



Para executar essas atividades, este Conselho Fiscal observa as práticas citadas nos guias publicados pela PREVIC, nos quais existem orientações em relação à Gestão da Entidade, sob os aspectos de investimentos, previdencial, riscos e controles, e, neste contexto, são realizadas a *compliance* legal, com observância do cumprimento da legislação aplicável às EFPC, e a *compliance* gerencial, com observância do estatuto, do regulamento do Plano de Benefícios (PB) e do Plano de Gestão Administrativa (PGA) e normativos internos, expedidos pelo Conselho Deliberativo e pela Diretoria Executiva.

A verificação das práticas adotadas na Gestão da Entidade objetiva avaliar os controles internos com vistas a monitorar e mitigar o risco legal e o risco operacional da Fundação.

Embora não seja função do Conselho planejar nem executar, cabe-lhe manifestar-se, sugerir e apontar qualquer inconformidade verificada ou risco não previsto que possam afetar os objetivos da entidade. Ou seja, para validar os atos praticados na gestão, os membros do Conselho devem observar o cumprimento da legislação e do planejamento, realizando sua análise sob a ótica da continuidade da Fundação e do Plano de Benefícios administrado, conhecendo e acompanhando.

Diante disso, o art. 19 da Resolução-CGPC n° 13/ 2004 estabeleceu uma obrigação ao Conselho Fiscal como agente de governança responsável pela fiscalização direta da Fundação, funcionando como órgão de controle interno, complementada sua obrigatoriedade com a Resolução-MPS/CGPC n° 29/2009, que trata da gestão das despesas administrativas do PGA.

Dessa forma, com fundamento no art. 19 da resolução em referência, apresenta-se o presente relatório, o qual aponta os resultados da política de investimentos, o resultado e a aderência do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud.

The bottom right corner of the page contains several handwritten signatures and initials in blue ink. There is a vertical line with a small 'm' at the top, followed by a '9', and several other stylized signatures and initials, including one that looks like 'Z' and another that looks like 'f'.

2. Gestão do passivo

As principais normas relativas à gestão do passivo, em especial, sobre matéria atuarial e cadastro são:

- a) Lei nº 9.613/1998 (Regulamentada pela Instrução-SPC nº 18/2007), que obriga as EFPC a manterem atualizadas as informações cadastrais de seus participantes;
- b) Resolução-CNPC nº 18/2006 (alterada pelas Resoluções-CNPC nº 9/2012, nº 15/2014 e nº 22/2015), que estabelece parâmetros técnico-atuariais de planos de benefícios;
- c) Instrução-SPC nº 24/2008, que estabelece o envio dos dados estatísticos de população e de benefícios;
- d) Instrução-PREVIC nº 23/2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização de estudos técnicos de aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios;
- e) Instrução PREVIC nº 19/2015, que dispõe sobre os critérios para definição da duração do passivo e da taxa de juros parâmetro, de que trata a Resolução – CNPC nº 18/2006;
- f) Portaria PREVIC nº 186/2016, que divulga a estrutura a termo de taxa de juros média, para o exercício de 2016, de que trata a Instrução PREVIC nº 19/2015;

2.1. Informações Cadastrais

Segundo Relatório de Controles Internos encaminhado pela Diretora-Presidente, por meio do Ofício PRESI-DE nº 304, de 27 de setembro de 2017, considerou-se o dia 30/06/2017 como a data-base dos dados. O Relatório de Avaliação Atuarial e o Parecer Atuarial utilizados para o presente relatório referem-se ao exercício de 2016.

Registra-se 8.021 participantes em junho de 2017 em face de 6.934 participantes em dezembro de 2016, **representando o acréscimo de 1.087 participantes**. Dos 8.021, 7.751 são patrocinados, 235 são vinculados, 10 são autopatrocinados e 25 estão no prazo de opção dos institutos. A fundação conta com dois participantes beneficiários em gozo de Benefício.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including "mr", "g", "fom", and "28".

Os saldos da conta Participante e da conta Patrocinador somam R\$ 109.414.235,19 em junho de 2017, o que representa 66,92% de aumento em relação ao saldo de R\$ 65.548.225,00 em dezembro de 2016. A arrecadação média foi de R\$ 4.673.485,25.

Para melhor visualização, seguem tabelas com dados da massa de participantes:

Tabela 1. Evolução mensal das adesões.

MÊS/ANO	PATROCINADO	VINCULADO	AUTOPATROCINADO	NO PRAZO DE OPÇÃO PELOS INSTITUTOS*	TOTAL
Saldo 2016	6688	194	9	43	6934
jan/17	271	17	0	3	291
fev/17	114	0	1	-9	106
mar/17	110	7	0	-21	96
abr/17	131	3	0	2	136
mai/17	221	5	2	7	235
jun/17	216	9	-2	0	223
Acumulado 2017	1.063	41	1	-18	1087
TOTAL	7.751	235	10	25	8021

Fonte: RARC06 – Arrecadação e Cadastro – junho/2017

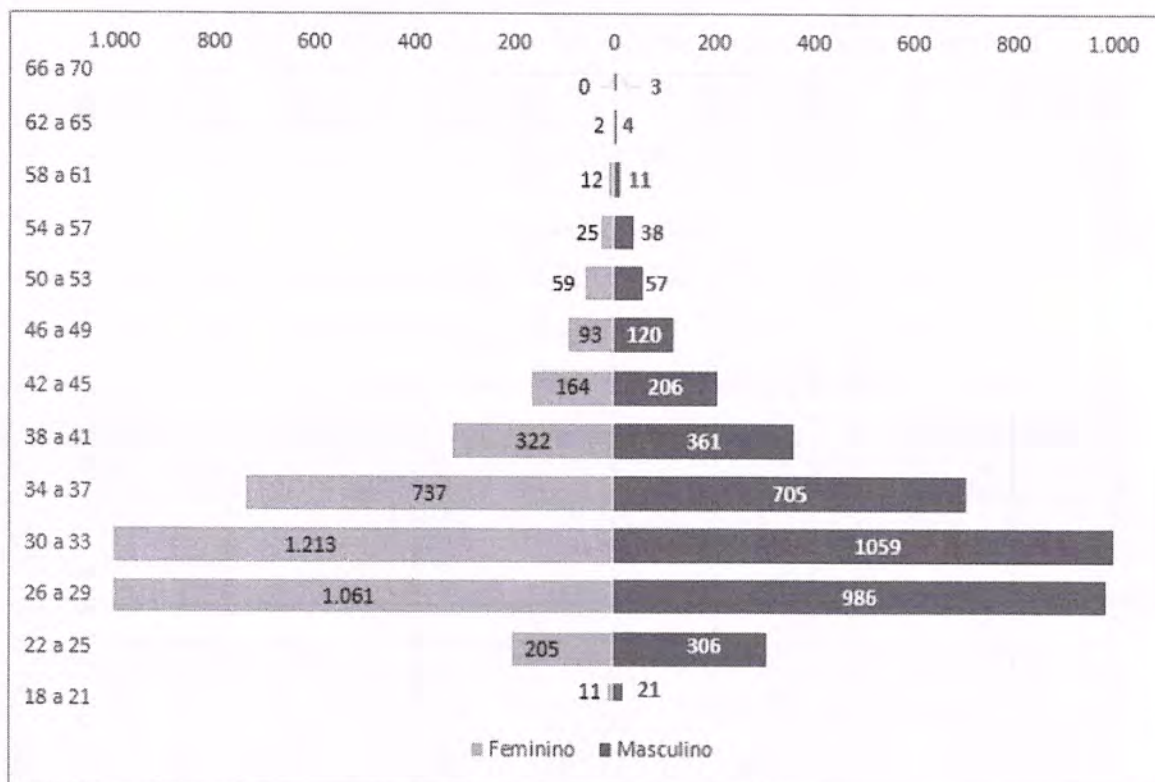
Tabela 2. Distribuição dos participantes por sexo e categoria.

SITUAÇÃO	FEMININO	MASCULINO	TOTAL
PATROCINADO	3.927	3.824	7.751
VINCULADO	71	164	235
NO PRAZO OPÇÃO INSTITUTOS	11	14	25
AUTOPATROCINADO	5	5	10
TOTAL	4.014	4.007	8.021

Fonte: RARC12 RARC06 – Arrecadação e Cadastro – junho/2017

Gráfico 1. Distribuição dos participantes por sexo e grupo de idade.

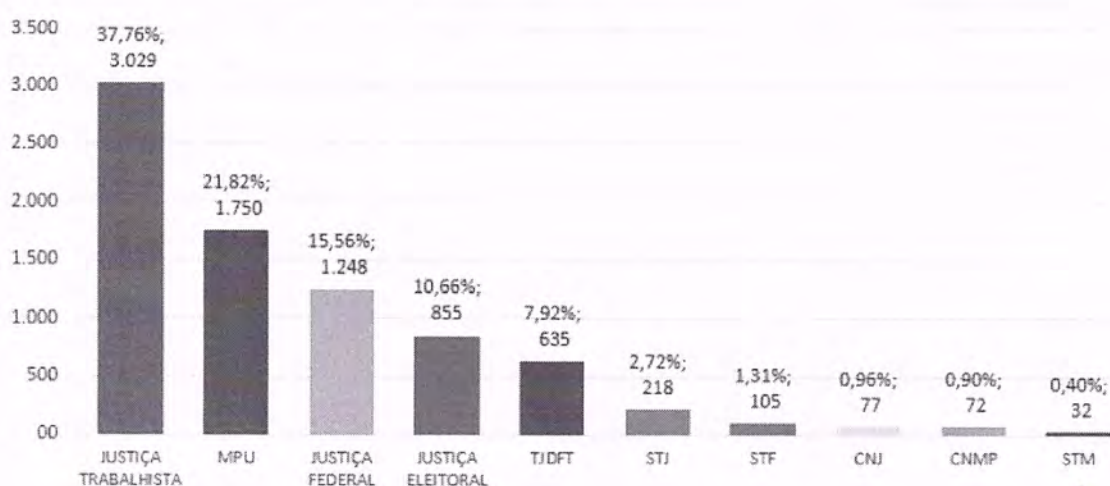
Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'Z' and various other marks.



Fonte: RARC12 – Arrecadação e Cadastro – dezembro/2016

A seguir, segue a distribuição de participantes por patrocinador em junho de 2017:

Gráfico 2. Distribuição dos participantes por ramo em 30/06/2017.



2.2. Informações Atuariais e de Benefícios

Consoante a Resolução-CNPC nº 18/2006, “as hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras devem estar adequados às características da massa de participantes e assistidos e ao regulamento do plano de benefícios de caráter previdenciário”.

Por sua vez, a Instrução-PREVIC nº 23/2015 estabelece orientações e procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar na realização dos estudos técnicos que visem a atestar a adequação e aderência de hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras dos planos de benefícios, o qual terá validade máxima de três anos, excetuando-se a seção referente à taxa de juros e crescimento salarial, cuja validade máxima será de um ano.

As hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas por meio da Nota Técnica Atuarial para implantação do Plano de Benefícios Previdenciários da Funpresp-Jud foram as seguintes, com destaque para aquelas que sofreram alteração em relação ao semestre anterior:

- a) Tábua de Mortalidade Geral: RP-2000 Geracional, segregada por sexo;
- b) Tábua de Entrada em Invalidez: Álvaro Vindas agravada em 20%;
- c) Tábua de Mortalidade de Inválidos: AT-49 Male;
- d) Rotatividade: 0%;
- e) Composição Familiar – benefícios a conceder:
 - e. 1) probabilidade de ser casado: 90%;
 - e. 2) Idade do cônjuge feminino: 3 anos mais jovem que o masculino;
 - e. 3) filhos: 2 filhos, o mais novo nascido aos 36 anos de idade do participante;
- f) Composição Familiar – benefícios concedidos:
 - f.1) grupo familiar real.
- g) Taxa de juros real anual: 4,5%;**
- h) Taxa de crescimento real anual de salários: 0%;
- i) Taxa de crescimento real anual de benefícios: 0%;
- j) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100%;
- k) Fator de determinação do valor real dos benefícios ao longo do tempo: 100%.

O Conselho Deliberativo, na 2ª Sessão Extraordinária em 22/02/2017, aprovou a alteração da taxa de juros real anual para 4,5%, mantendo-se as demais premissas

atuariais. O Conselho Fiscal também manifestou-se no mesmo sentido na 1ª Sessão Extraordinária realizada em 23/02/2017.

Com efeito, no que se refere aos juros, a Resolução-MPS/CNPC nº 15, de 19/11/2014, que alterou o Anexo à Resolução MPS/CNPC nº 18/2006, atribuiu maior flexibilidade aos gestores do fundo de pensão para definição do limite máximo para a taxa real de juros, mediante adoção de um “corredor”, observados os valores mínimo e máximo com base em critérios estabelecidos pelo órgão regulador, conforme redação atualmente vigente:

[...]

“1.1. A comprovação de adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos e do plano de benefícios de caráter previdenciário é exigida para os planos cujos benefícios tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como para os planos que adquiram característica de benefício definido na fase de concessão.”

[...]

“4. A taxa de juros real anual, a ser utilizada como taxa de desconto para apuração do valor presente dos fluxos de benefícios e contribuições de um plano de benefícios, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus investimentos.

[...]

4.2 A EFPC poderá adotar taxa de juros real anual limitada ao intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% (quatro décimos por cento) ao ano - a.a. acima da taxa de juros parâmetro.”

[...]

“18. Para os planos que não se enquadrem nas características definidas no item 1.1 e utilizem taxa de juros real anual em cálculos de benefícios, a EFPC deverá adotar taxa de juros real anual dentro do intervalo estabelecido no item 4.2, considerando a duração de dez anos.”

Por sua vez, a Instrução-PREVIC nº 19, de 04/02/2015, regulamenta a operacionalização dos conceitos definidos na Resolução-MPS/CGPC Nº 18, conforme resumo a seguir:

Art. 2º A duração do passivo corresponde à média dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano, líquidos de contribuições normais e extraordinárias incidentes sobre esses benefícios, ponderada pelos valores presentes desses fluxos.

Art. 3º Para o cálculo da duração do passivo utilizada na definição da taxa de juros parâmetro, deverá ser considerado o fluxo projetado na avaliação atuarial de encerramento do exercício anterior.

Art. 4º Os fluxos de pagamentos de benefícios de cada plano devem considerar os benefícios a conceder e concedidos **que tenham seu valor ou nível previamente estabelecido e cujo custeio seja determinado atuarialmente**, de forma a assegurar sua concessão e manutenção, bem como os benefícios

concedidos que adquiriram característica de benefício definido na fase de concessão.

[Grifo nosso]

Pode-se afirmar que a regra de definição da taxa real de juros nas projeções atuariais do plano de benefícios da Funpresp-Jud enquadra-se na situação de exceção prevista no item 18 do anexo da Resolução-MPS/CGPC nº 18, acima transcrita.

Segundo as últimas avaliações atuariais do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud, ele enquadra-se na “duração de 10 anos” da Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média divulgada pela PREVIC segundo Portaria nº 375, de 17/04/2017. Essa norma prevê taxa de juros parâmetro de 6,26 % a.a., **admitidos limites inferior e superior de 4,38% a.a. e de 6,66% a.a.**, respectivamente. **A fixação da taxa de juros anual no patamar de 4,5% atende a legislação vigente.**

Deve-se ressaltar que, no âmbito da Funpresp-Jud, os benefícios previstos no plano são estruturados na modalidade de contribuição definida. Os aportes extraordinários que integram o Fundo de Cobertura de Benefícios Extraordinários (FCBE) guardam alguma correlação com a modalidade de benefício definido, mas não são benefícios propriamente ditos. Esses aportes extraordinários são necessários para a operacionalização do plano, mas não possuem expressividade nas reservas totais e não alteram a natureza do plano de benefícios para contribuição variável ou benefício definido.

Diante do quadro normativo, foram produzidos o Relatório de Avaliação Atuarial e o Parecer Atuarial de 2016 pelo Coordenador de Atuária e Benefícios da Fundação, os quais foram encaminhados ao Conselho Fiscal por meio do Ofício PRESI-DE nº 84, de 02/03/2017. As premissas de implantação foram mantidas, exceto a taxa de juros anual. Tal posição é razoável e justificada na medida em que o plano de benefícios é estruturado na modalidade de contribuição definida.

No segundo semestre de 2016, foram registradas cinco mortes de participantes, sendo que uma delas gerou o pagamento de pensão para o beneficiário e as demais serão vertidas aos herdeiros legais. Destaca-se que o número de ocorrências extrapolou a quantidade esperada segundo as premissas atuariais. Desse modo, recomenda-se gerar histórico de ocorrências para utilização nas futuras avaliações.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller initials and marks at the bottom right.

Sexo	2016 - Esperado	2016 – Observado	2017 - Esperado	2017 – Observado
Masculino	1,527	4	2,620	1
Feminino	0,983	1	1,685	0
Total	2,510	5	4,305	0

Não foram registradas entrada de participantes em aposentadoria por invalidez.

No referido relatório de avaliação atuarial, concluiu-se que o “*o Plano de Benefícios JusMP-Prev, administrado pela Funpresp-Jud atende a legislação vigente e mantém a situação econômico-financeira e atuarial equilibrada, com a devida mensuração do plano de custeio aos benefícios oferecidos*”.

Cabe ainda registrar a redução do valor de custeio do FCBE em 0,41%, passando de 15,02% para 14,61%, para vigorar a partir de 1º/04/2017, conforme plano de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo na 2ª Sessão Extraordinária de 22/02/2017, em função do Parecer Atuarial de 2016, permitindo um reforço no processo de formação da aposentadoria programada com o percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN).

2.3. Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas equivalem aos valores atuais para compromissos futuros dos pagamentos de benefícios, classificados como concedidos ou a conceder, dos participantes e assistidos.

As provisões registradas nos balancetes contábeis do plano de benefícios apresentaram os seguintes valores ao final do 1º semestre de 2017:

Tabela 5. Evolução mensal das provisões matemáticas, no ano de 2017.

Mês	Benefícios a Conceder (RAN + RAS)	FCBE	Patrimônio de Cobertura do Plano (RAN + RAS + FCBE)
jan/17	R\$ 70.104.608	R\$ 11.798.959	R\$ 81.903.567
fev/17	R\$ 74.621.640	R\$ 12.614.234	R\$ 87.235.873
mar/17	R\$ 79.265.589	R\$ 13.443.719	R\$ 92.709.308
abr/17	R\$ 84.023.632	R\$ 14.243.852	R\$ 98.267.484
mai/17	R\$ 88.503.018	R\$ 15.009.595	R\$ 103.512.613
jun/17	R\$ 93.618.870	R\$ 15.902.731	R\$ 109.521.601

2.4. Monitoramento das obrigações atuariais

As obrigações referentes à gestão do passivo podem ser organizadas em três aspectos principais:

- Consistência cadastral;
- Controle dos fluxos de contribuições e benefícios, quando houver;
- Integridade e coerência dos registros contábeis.

A PREVIC, por meio do Ofício-Circular-DITEC/PREVIC nº 02, de 30/06/2015, esclareceu que o envio da Estatística de Benefícios e População relativa ao 1º semestre de 2015 deveria ocorrer em conjunto com o envio dos dados do 2º semestre, em data a ser divulgada. Entretanto, por meio do Ofício-Circular-DITEC/PREVIC nº 01, de 20/01/16, a

PREVIC informou que seria definida uma data para o envio da estatística do exercício de 2015.

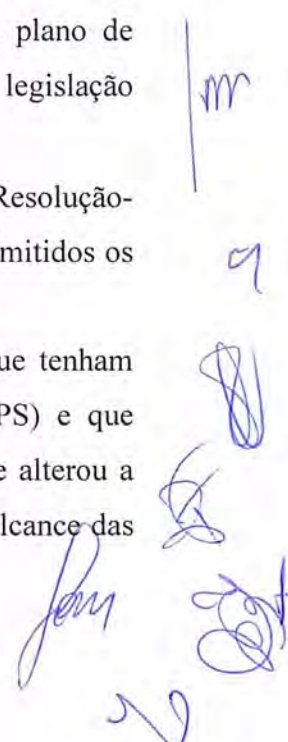
Por sua vez, a Instrução-MPS/PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, que estabelece orientações e procedimentos na realização dos estudos técnicos que visam a atestar a adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos do plano de benefícios, passou a exigir o referido estudo para os planos que, independentemente de sua modalidade, possuíssem obrigações registradas em provisão matemática de benefício definido, como é o caso da conta de registro do FCBE. Assim, **nos termos do art. 19 da referida instrução, sua aplicação é facultativa para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015 e obrigatória para o exercício de 2016, o que foi atendido pelo Parecer Atuarial e pelo Relatório de Avaliação Atuarial.** Todavia, nos termos do art. 8º da referida Instrução, caso o atuário responsável pelo plano de benefícios constatasse a inviabilidade de demonstração de aderência de hipótese, deveriam constar do estudo técnico as justificativas devidas, **não se aplicando a exceção à análise da taxa de juros real anual**, realizada neste relatório no item 2.2 (informações atuariais).

2.5. Considerações

Em função do recente histórico do plano e a sua pequena massa de participantes, as análises estatísticas não são suficientes para afirmar com segurança que há adequação das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras às características da massa de participantes e assistidos. Contudo, pelas razões anteriormente expostas no item 2.2, pode-se concluir que, até o 1º semestre de 2017, as premissas atuariais do plano de benefícios previdenciários apresentam-se compatíveis e de acordo com a legislação vigente.

A taxa real de juros adotada, 4,5 % a.a., atende a legislação em vigor, a Resolução-MPS/CGPC nº 18/2006 e a Portaria nº 186, de 28/04/2016, uma vez que são admitidos os limites inferior e superior de 4,38 % a.a. e de 6,66% a.a., respectivamente.

A regra de adesão automática à previdência complementar daqueles que tenham remuneração superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e que venham a ingressar no serviço público, instituída pela Lei nº 13.183/2015, que alterou a Lei nº 12.618/2012, deve ter contribuído para o incremento de participantes e alcance das



metas estabelecidas, o que pode ensejar novo diagnóstico e definição de novas metas no pormenor, após encerrado o presente exercício.

Destacam-se a redução do valor de custeio do FCBE em 0,33%, passando de 15,35% para 15,02%, com vigência a partir de 01/04/2016, em função do Parecer Atuarial de 2015, conforme novo plano de custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, permitindo um reforço no processo de formação da aposentadoria programada, com o aumento do percentual destinado à conta de Reserva Acumulada Normal (RAN) e saldos individuais;

2.6. Análise das manifestações das recomendações

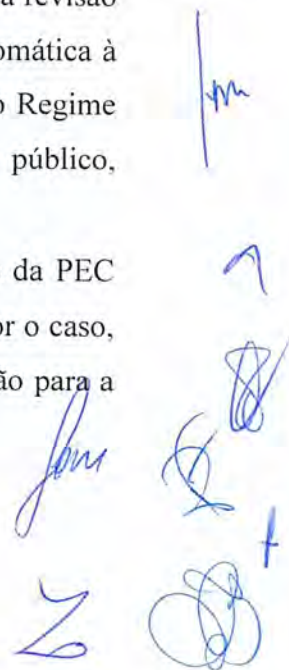
No 2º semestre de 2016, esse Conselho Fiscal teceu as seguintes recomendações:

2.6.1. Recomenda-se a manutenção dos procedimentos acerca da alimentação e da validação de dados cadastrais, de forma a assegurar a qualidade da base de dados necessária para o acompanhamento das premissas atuariais e realização de estudos futuros, em consonância com a Instrução-PREVIC nº 23/2015, e para os fins do disposto na Instrução-SPC nº 18/2007.

2.6.2. Recomenda-se a manutenção permanente dos controles dos fluxos contábeis, para assegurar a integridade da conversão das contribuições em cotas e vice-versa, bem como dos controles dos saldos individuais em cotas, as quais devem ser apropriadas efetivamente na data do efetivo ingresso do recurso, especialmente em relação aos órgãos patrocinadores que não adotaram as providências solicitadas pela Diretoria de Seguridade por meio do Ofício Circular nº 15/DISEG, de 28/11/2016.

2.6.3. Recomenda-se que sejam adotadas medidas administrativas específicas, para revisão das metas de adesão fixadas tendo em vista a instituição da regra de adesão automática à previdência complementar daqueles que tenham remuneração superior ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e que venham a ingressar no serviço público, instituída pela Lei nº 13.183/2015;

2.6.4. Recomenda-se avaliar os possíveis impactos administrativos e financeiros da PEC 287, no regime de previdência complementar da Funpresp-Jud, promovendo, se for o caso, maior intensificação da divulgação do plano de benefício e das regras de migração para a previdência complementar.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a vertical line with a checkmark, a stylized 'Z', and several circular and linear marks.

Em relação ao item 2.6.1, a Diretoria informou que a Coordenadoria de Atuária e Benefícios (COABE) emite relatórios mensais específicos, com indicadores de gestão, e testes de consistência. Essa recomendação tem caráter permanente, demonstrando a importância que este Conselho tem com as informações cadastrais. Especificamente, pode-se destacar que foram verificados os relatórios mensais de Atuária e entende-se que devem ser qualificadas e quantificadas as inconsistências da análise da base cadastral e dos resgates e devolução, bem como deve ser criada seção para descrever os benefícios pagos pela Fundação.

Em relação ao item 2.6.2, a Diretoria destacou a utilização do módulo de cotização do sistema TrustPrev. Entende-se que a utilização do referido sistema é o controle interno mais efetivo. Entretanto, o relatório de controle interno da Assessoria de Controle Interno não demonstrou quaisquer checagens quanto à efetividade desse controle. Dessa maneira, recomenda-se que a próxima avaliação da Assessoria de Controle Interno teste a conformidade do citado o controle interno.

Em relação ao item 2.6.3, a Diretoria informou que a meta de adesões para 2017 já considerou a regra da adesão automática, a previsão de nomeações na LOA2017 e a permanência no Plano de Benefícios. Entende-se que a recomendação foi atendida.

Em relação ao item 2.6.4, a Diretoria destacou ações da Diretoria de Seguridade no sentido de informar participantes e potenciais participantes quanto à tramitação da PEC 287. Considerando que a referida proposta legislativa ainda tramita, permanece a recomendação.

2.7. Recomendações

2.7.1. Recomenda-se a manutenção dos procedimentos acerca da alimentação e da validação de dados cadastrais, de forma a assegurar a qualidade da base de dados necessária para o acompanhamento das premissas atuariais e realização de estudos futuros, em consonância com a Instrução-PREVIC nº 23/2015, e para os fins do disposto na Instrução-SPC nº 18/2007.

2.7.2 Recomenda-se a manutenção permanente dos controles dos fluxos contábeis, para assegurar a integridade da conversão das contribuições em cotas e vice-versa, bem como dos controles dos saldos individuais em cotas, as quais devem ser apropriadas efetivamente na data do efetivo ingresso do recurso, especialmente em relação aos órgãos patrocinadores

que não adotaram as providências solicitadas pela Diretoria de Seguridade por meio do Ofício Circular nº 15/DISEG, de 28/11/2016.

2.7.3. Recomenda-se avaliar os possíveis impactos administrativos e financeiros da PEC 287, no regime de previdência complementar da Funpresp-Jud, promovendo, se for o caso, maior intensificação da divulgação do plano de benefício e das regras de migração para a previdência complementar.

2.7.4. Recomenda-se que os Relatórios de Consistência qualifiquem e quantifiquem as inconsistências da análise da base cadastral e dos resgates e devolução, bem como deve seja criada seção para descrever os benefícios pagos pela Fundação.

2.7.5. Recomenda-se que o Portal da Transparência da Funpresp-Jud apresente informações quanto aos benefícios pagos.

2.7.6. Recomenda-se que a Assessoria de Controle Interno inclua nas suas avaliações testes dos controles internos relativos aos saldos individuais em cotas.

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be from multiple individuals, including what looks like 'Jm', 'g', 'D', 'A', and several circular or looped marks.

3 Gestão dos Investimentos

O patrimônio total administrado pela FUNPRESP-JUD ao término do primeiro semestre do ano de 2017 contabilizado na conta INVESTIMENTOS foi de R\$ 124.648.287,00 (cento e vinte e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil e duzentos e oitenta e sete reais), sendo R\$ 109.755.983,67 no Plano de Benefícios e R\$ 15.144.005,29 no Plano de Gestão Administrativa.

O Plano de Benefícios da FUNPRESP-JUD obteve no primeiro semestre **5,794%** de rentabilidade líquida. O IPCA para o mesmo período atingiu 1,18%.

A carteira de investimentos do Plano de Benefícios finalizou o período com aproximadamente 95,5% dos recursos em Renda Fixa, 0,7% em Renda Variável e 3,7% em Investimento no Exterior. O PGA finalizou com 80,0% em CDI e 20,0% em Títulos do Tesouro (IMA-B5).

Para a avaliação da Gestão dos Investimentos, procedeu-se os exames abaixo descritos:

3.1 Verificação dos limites globais e das diversificações dos recursos alocados do Plano de Benefícios (PB) e do Plano Geral de Administração (PGA) com a Política de Investimento da FUNPRESP-JUD

A Política de Investimentos da FUNPRESP-JUD para o ano de 2017 foi aprovada pelo Conselho Deliberativo na 16ª Sessão Extraordinária, de 14 de dezembro de 2016. A avaliação do Cenário Macroeconômico, Financeiro e Perspectivas dos Investimentos considerados para o cenário no final de 2017 foi de IPCA previsto de 4,90% a.a. e taxa SELIC a 10,50% a.a., conforme demonstrado na tabela 2 da Política de Investimentos 2017:



TABELA 2 – Cenário para indicadores econômicos e financeiros utilizados como base na Política de Investimentos da Funpresp-Jud.

Ano	R\$/US\$ ⁽¹⁾	IPCA	SELIC ⁽¹⁾	PIB	Resultado Primário	Resultado Nominal
2016	3,39	6,52%	13,75%	-3,48%	-2,60%	-9,23%
2017	3,45	4,90%	10,50%	0,70%	-2,20%	-9,10%
2018	3,50	4,50%	10,00%	2,34%	-1,40%	-8,40%
2019	3,60	4,50%	9,50%	2,50%	-0,49%	-7,61%

Fontes: Banco Central do Brasil, expectativas de mercado, de 9/dez/2016.
(1) Taxa no final do período

Elaboração: Funpresp-Jud

Observando a alocação objetivo, os recursos do PGA foram aplicados em Renda Fixa, sendo 80% em fundos de investimentos com *benchmark* ligado ao DI e 20% em aplicações atreladas ao IMA-B5.

TABELA 3 – PGA: Limites, restrições e *benchmark* para segmentos de aplicação.

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Límite Inferior	Límite Superior	Límite Legal	Benchmark ⁽⁴⁾
1. Renda Fixa ⁽¹⁾	100%	100%	100%	100%	80% DI – Depósito Interfinanceiro e 20% em IMA-B5
Títulos Públicos Federais prefixados, pós-fixados, indexados à Inflação e Operações Compromissadas	75%	50%	100%	100%	-
Títulos Privados ^{(2) (3)}	25%	0%	50%	80%	-

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (Exchange Traded Fund) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.2

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundos de investimento abertos. Aplicações diretas (via carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 10%

(4) Deverão ser deduzidas os custos dos investimentos: taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), entre outros (corretagens, emolumentos, custo na compra/venda de títulos públicos e privados)

Para os recursos do Plano de Benefícios, a estratégia estabeleceu aplicação dos recursos em Renda Fixa, Renda Variável, Investimentos Estruturados e Investimentos no Exterior, conforme tabela abaixo:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "fun", "Z", and various circular and linear marks.]

TABELA 4 – Reservas acumuladas do participante e FCBE: limites, restrições e benchmark para segmentos de aplicação.

Segmento de Aplicação	Alocação Objetivo	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Legal	Benchmark ⁽⁷⁾
1.Renda Fixa ⁽¹⁾	91%	82%	100%	100%	IPCA + 4,50% ao ano
Títulos Públicos Federais prefixados e indexados à Inflação, Operações Compromissadas, Títulos Públicos Federais pós- fixados	75%	33%	100%	100%	
Títulos Privados ⁽²⁾⁽³⁾	16%	0%	49%	80%	
2.Renda Variável ⁽⁴⁾	4%	0%	8%	70%	
Índices amplos	2%	0%	4%	70%	
Índices setoriais e ações	2%	0%	4%	70% ⁽⁵⁾	
3.Investimentos Estruturados ⁽⁶⁾	2%	0%	4%	20%	
FI/FIC Multimercado	2%	0%	4%	10%	
4.Investimentos no Exterior	3%	0%	6%	10%	

Fonte/Elaboração: Funpresp-Jud

Notas: (1) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda fixa, quando autorizados pelo Conselho Monetário Nacional

(2) Títulos Privados classificados como de baixo risco de crédito, conforme item 20.3

(3) Limite Superior para Títulos Privados, o percentual indicado de 50% vale somente para aplicações em fundos de investimento abertos. Aplicações diretas (carteira própria ou fundos de investimento exclusivos) ficam limitadas a 25%

(4) Inclui ETF (*Exchange Traded Fund*) de renda variável, que são fundos de índices referenciados em cesta de ações de companhias abertas

A alocação dos recursos investidos pela FUNPRESP-JUD no decorrer do primeiro semestre do ano de 2017 referente ao Plano de Benefícios ficou dentro dos limites da Política de Investimentos e finalizou o período distribuída conforme planilha abaixo:

Título	FI DI/RF	%	FI IRF-M1	%	FI IRF-M1+	%	FI IMA-B5	%
31/jan/17	36.521,75		352,03		6.271,82		283,86	
28/fev/17	33.119,96	-9,3144%	355,51	0,9886%	6.422,23	2,3982%	376,27	32,5548%
31/mar/17	37.538,10	13,3398%	359,44	1,1055%	6.519,87	1,5203%	381,46	1,3793%
30/abr/17	57.615,49	53,4854%	362,53	0,8597%	524,87	-91,9497%	384,13	0,6999%
31/mai/17	79.390,43	37,7936%	365,76	0,8910%	525,36	0,0934%	384,48	0,0911%
30/jun/17	67.594,76	-14,8578%	368,93	0,8667%	533,18	1,4885%	386,44	0,5098%

	NTN-B	%	NTN-F	%	NTN-B MTC	%	LF IPCA	%
31/jan/17	21.125,13		1.169,50		-		11.833,82	
28/fev/17	21.273,03	0,7001%	3.725,84	218,5840%	-		11.927,51	0,7917%
31/mar/17	21.493,99	1,0387%	3.802,33	2,0530%	-		12.045,34	0,9879%
30/abr/17	15.327,13	-28,6911%	-		1.336,17		12.129,89	0,7019%
31/mai/17	3.085,00	-79,8723%	-		2.085,99	56,1171%	12.226,84	0,7993%
30/jun/17	19.509,19	532,3887%	-		3.463,03	66,0137%	12.318,16	0,7469%

FII/CA IPCA 2A	%	FIA Ibovespa	%	% PB	
2.483,16		822,78		1,0033%	
8.547,30	244,2106%	848,21	3,0907%	0,9663%	
8.668,61	1,4193%	826,10	-2,6067%	0,8900%	
8.736,82	0,7869%	831,65	0,6718%	0,8446%	
740,18	-91,5280%	797,71	-4,0810%	0,7700%	
744,80	0,6242%	799,12	0,1768%	0,7276%	

Total RF	% PB	Exterior	%	% PB	Subtotal PB
80.041,07	97,6066%	1.139,91		1,3901%	82.003,76
85.747,65	97,6900%	1.179,40	3,4643%	1,3437%	87.775,26
90.809,14	97,8311%	1.187,15	0,6571%	1,2789%	92.822,39
96.417,03	97,9160%	1.220,41	2,8017%	1,2394%	98.469,09
98.804,04	95,3692%	3.999,92	227,7521%	3,8609%	103.601,67
104.918,49	95,5316%	4.108,34	2,7106%	3,7408%	109.825,95

A aderência da gestão dos investimentos do Plano de Benefícios no primeiro semestre ficou dentro dos limites da política de investimento, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2017	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PB			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)
Renda Fixa	95,50%	91%	82%	100%	100%
Renda Variável	0,70%	4%	0%	8%	70%
Investimentos Estruturados	0%	2%	0%	4%	20%
Investimentos no Exterior	3,70%	3%	0%	6%	10%

Fonte: Funpresp-Jud

Já os recursos do PGA encontravam-se investidos na sua integralidade em Fundos de Renda Fixa.

PGA

Título	FI DI/RF	%	FI IRF-M1	%	FI IMA-B5	%	Subtotal PB	% PGA
31/jan/17	12.919,13		2,55		3.217,44		16.148,40	100,0%
28/fev/17	12.297,97	-4,8081%	2,57	0,7843%	3.265,00	1,4782%	15.565,54	100,0%
31/mar/17	12.445,58	1,2003%	2,60	1,1673%	3.109,23	-4,7709%	15.557,41	100,0%
30/abr/17	12.214,21	-1,8591%	2,62	0,7692%	3.088,89	-0,6542%	15.305,72	100,0%
31/mai/17	12.183,73	-0,2495%	2,65	1,1450%	3.026,01	-2,0357%	15.212,39	100,0%
30/jun/17	11.853,40	-2,7112%	2,67	0,7547%	2.966,27	-1,9742%	14.822,34	100,0%

A aderência da gestão dos investimentos do PGA ficou dentro dos limites da política de investimento, conforme quadro abaixo:

Segmento de aplicação	Alocação 1º Sem/2017	POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PGA			
		Alocação Objetivo	Limite inferior	Limite superior	Limite legal (CMN 3.792/09)
Renda Fixa	100,00%	100%	100%	100%	100%

Fonte: Funpresp-Jud

Conclui-se, assim, que as alocações estabelecidas pela Política de Investimento da FUNPRESP-JUD para o ano de 2017 foram observadas neste primeiro semestre do ano.

3.2 Verificação das rentabilidades alcançadas pelos investimentos do Plano e do PGA da FUNPRESP-JUD

A rentabilidade nominal líquida dos recursos da Fundação investidos no primeiro semestre de 2017 alcançou os percentuais de 5,794% para o Plano de Benefícios e 5,594% para o PGA, como demonstrado nas tabelas abaixo extraídas do relatório RINV 06/2017:

	PB			PGA		
	Bruta	Custo *	Líquida	Bruta	Custo *	Líquida
Jan/17	1,124%	0,018%	1,106%	1,092%	0,024%	1,067%
Fev/17	1,214%	0,020%	1,194%	1,010%	0,017%	0,993%
Mar/17	1,115%	0,019%	1,097%	1,147%	0,022%	1,125%
Abr/17	0,771%	0,044%	0,727%	0,786%	0,018%	0,769%
Mai/17	0,695%	0,021%	0,673%	0,776%	0,020%	0,756%
jun/17	0,909%	0,047%	0,863%	0,778%	0,019%	0,759%
2017	5,972%	0,178%	5,794%	5,720%	0,126%	5,594%

Fonte: Funpresp-Jud

* Custo dos investimentos: se refere às taxas de administração cobradas pelos gestores de recursos, além de despesas diretamente ligadas ao Custodiante Qualificado (remuneração, manutenção de contas – CETIP e SELIC), às operações com títulos públicos para a Carteira Própria, entre outros.

	PB				PGA	
	Renda Fixa	Renda Variável	Exterior	Total	Renda Fixa	Total
Jan/17	1,093%	7,168%	-2,714%	1,106%	1,067%	1,067%
Fev/17	1,142%	3,091%	3,857%	1,194%	0,993%	0,993%
Mar/17	1,141%	-2,607%	0,657%	1,097%	1,125%	1,125%
Abr/17	0,702%	0,673%	2,802%	0,727%	0,769%	0,769%
Mai/17	0,723%	-4,082%	3,212%	0,673%	0,756%	0,756%
Jun/17	0,793%	0,178%	2,710%	0,863%	0,759%	0,759%
2017	5,724%	4,087%	10,834%	5,794%	5,594%	5,594%

Fonte: Funpresp-Jud

for
7
J
10

Em relação ao *benchmark* de cada plano, a rentabilidade líquida alcançada por cada Plano consta do quadro abaixo:

	PB	PGA	CDI	Bmk PB	Bmk PGA
Jan/17	0,72%	0,68%	0,70%	0,37%	0,69%
Fev/17	0,86%	0,66%	0,53%	0,30%	0,64%
Mar/17	0,84%	0,87%	0,80%	0,39%	0,84%
Abr/17	0,59%	0,63%	0,64%	0,27%	0,61%
Mai/17	0,36%	0,44%	0,61%	0,37%	0,43%
Jun/17	1,10%	0,99%	1,04%	0,32%	0,96%
2017	4,56%	4,36%	4,41%	2,04%	4,26%

Fonte: Funpresp-Jud

Observações:

a) Bmk PB: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Benefícios = IPCA + 4,50% ao ano

b) Bmk PGA: índice de referência (*benchmark*) do Plano de Gestão Administrativa = 80% CDI + 20% IMA-B5

c) As rentabilidades dos índices de referência já estão deduzidas dos custos de investimentos

Percebe-se no quadro acima que a meta estabelecida para o ano de 2017 (IPCA + 4,5%) foi alcançada já no primeiro semestre porque o IPCA recuou para 1,18% no período, contra 2,42% de expectativa no Cenário Macroeconômico.

3.3 Verificação dos controles internos sobre os riscos de crédito, de mercado e de liquidez em aderência com a política de investimentos

A Funpresp-Jud conta com o Comitê de Investimentos, que pode ser considerado uma instância de controle interno da área de investimentos. Todavia, foram lidas as atas de reunião e identificados os seguintes eventos:

- 1) ATA 1ª RE (12.01.2017): vencimento debêntures BNDESPAR (16Jan2017) R\$ 3,1 milhões. Aquisição Fundo IRF-M1+ (elevação dos investimentos em ativos prefixados de 1,9% para 10%). Aquisição do Fundo CAIXA BDR (elevação dos investimentos no exterior de 0,9% para 1,5%). Nota Técnica n. 03/2017.
- 2) ATA 1ª RO (31.01.2017): aumento da posição NTN-F 2023 em R\$ 2,5 milhões. Aquisição de NTN-B 2019 (1.000 papéis por R\$ 3,0 milhões – 3,7% do PB e Nota Técnica nº 6). NTN-B não disponível, foram adquiridos outros papéis: NTN-F 2023 em 02.01.2017 (REINV 02_2017). Nota Técnica n. 07-2017. Taxa pactuada 10,674% e rentabilidade real esperada de 5,89% a.a. para uma inflação de 4,52% até dezembro/2022.
- 3) ATA 2ª RO (20.02.2017): aquisição do fundo IDKA IPCA 2A por R\$ 3,0 milhões para o PB. Nota Técnica 10/2017. Fundo constituído por NTN-B 2018 e 2019 indexada ao IPCA mais 5,75% e 5,55%, respectivamente.

- 4) ATA 3ª RO (20.03.2017): exposição da atual conjuntura econômica nacional e internacional.
- 5) ATA 4ª RO (04.04.2017): realocação de investimentos. Venda do fundo IRF-M1 e dos títulos NTN-B 2021 e NTN-F 2023 (representatividade de 17% do PB). Aquisição do fundo IMA-B5 com objetivo de redução de risco nas aplicações financeiras. Nota Técnica n. 18.
- 6) ATA 2º RE (17.04.2017): aquisição de 400 NTN-B 2035 MTC com vistas a alongar os investimentos do FCBE. Nota técnica 17/2017 de 29.03.2017 e Nota Técnica n. 25 de 19.04.2017.
- 7) ATA 5ª RO (18.05.2017): venda do fundo Caixa IDKA 2 anos, elevação dos investimentos no exterior de 1,2% para 4% do PB. Nota Técnica n. 27 de 18/05/2017.
- 8) ATA 3º RE (29.05.2017): aquisição de LTN 2020 11% da carteira ou LTN 2019 ou NTN-B 2019 em 5% da carteira. Manutenção do investimento no exterior em 2% carteira. Nota Técnica n. 30.
- 9) ATA 4ª RE (02.06.2017): realocação de investimentos. Aquisição de NTN-B 2018 em 10% do PB por decisão do COINV. Nota Técnica n. 31.
- 10) ATA 5ª RE (22.06.2017): Manutenção dos investimentos, considerando o cenário político-econômico do momento. Nota Técnica n. 34b.
- 11) ATA 6ª RO (30.06.2017): apresentação do cenário macroeconômico e do resultado da carteira de investimentos.

O confronto entre os eventos relacionados acima e a movimentação financeira permitiu concluir que as deliberações do comitê repercutiram na gestão dos investimentos.

A composição da Carteira de Investimentos do Plano de Benefícios ao final do primeiro semestre de 2017, conforme divulgado no Relatório RINV 06 do mês de junho, consta da tabela abaixo:

Tabela 1

	Segmento	Ativo	% do PB	Taxa Compra (a.a.)	Taxa 30/jun (a.a.)
Reservas	RF	FI CDI	61,55	-	10,14%
		FI IRF-M1	0,34	-	8,99%
		FI IRF-M1+	0,49	-	9,70%
		FI IMA-B5	0,35	-	IPCA + 5,15%
		FI IDkA IPCA 2A	0,68	-	IPCA + 4,84%
		NTN-B 2018	2,83	IPCA + 5,70%	IPCA + 4,78%
		NTN-B 2019	5,62	IPCA + 5,00%	IPCA + 4,73%
		NTN-B 2021	3,64	IPCA + 5,55%	IPCA + 5,46%
		NTN-B 2022	5,67	IPCA + 5,68%	IPCA + 5,62%
	RV	FIA Ibovespa	0,73	-	-
	Exterior	BDRX e FIMM	3,74	-	-
FCBE	RF	NTN-B 2026	0,71	IPCA + 5,77%	IPCA + 5,77%
		NTN-B 2035	1,20	IPCA + 5,22%	IPCA + 5,22%
		NTN-B 2045	0,66	IPCA + 5,67%	IPCA + 5,67%
		NTN-B 2055	0,58	IPCA + 5,6199%	IPCA + 5,6199%
		LF BBDC 16/11/17	1,12	IPCA + 7,01%	IPCA + 7,01%
		LF BBDC 27/04/18	1,57	IPCA + 7,68%	IPCA + 7,68%
		LF BBDC 27/12/18	2,58	IPCA + 6,70%	IPCA + 6,70%
		LF BBDC 11/04/19	2,11	IPCA + 6,80%	IPCA + 6,80%
		LF SAFRA 18/03/19	1,82	IPCA + 6,70%	IPCA + 6,70%
		LF BBDC 07/07/21	2,01	IPCA + 6,78%	IPCA + 6,78%
Carteira PB			100,00	---	---

Fonte: CETIP, ANBIMA, Banco Central, Funpresp-Jud

Elaboração: DIRIN

Observações:

a) IPCA 2º Semestre 2017: 2,25% (equivalente a 4,59% ao ano) // IPCA 2018: 4,25%

b) Taxa Selic Final 2017: 8,50% ao ano // Taxa Selic Final 2018: 8,00% ao ano

c) Benchmark PB 2º Semestre 2017 (IPCA + 4,25%)¹⁰: 9,04% // Benchmark PB 2018 (IPCA + 4,25%)¹¹: 8,68%

3.4 Verificação dos custos com a gestão dos investimentos do Plano e do PGA

Os custos dos investimentos da FUNPRES-PJUD no primeiro semestre de 2017 compõem-se das taxas de administração cobradas pelos fundos de investimentos abertos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, despesas relativas à custódia dos ativos (conta CETIP, conta SELIC e Custodiante Qualificado), pagamentos esporádicos de IOF no Plano de Gestão Administrativa, custo pelo uso do aplicativo Broadcast para monitoramento dos mercados e *spread* entre a compra e venda de títulos no mercado secundário.

A tabela abaixo constante da Nota Técnica nº 44-2017 contempla os custos ocorridos neste primeiro semestre:

Handwritten signatures and initials:

9

fun

2

8

8

Tabela 2 – Custos dos Investimentos no 1º Semestre de 2017

Despesa	PGA		PB	
	Valor (R\$)	Rendimento (%)	Valor (R\$)	Rendimento (%)
Negociações com Títulos	-	-	52.629,74	-0,054%
Broadcast	-	-	25.214,61	-0,028%
SELIC	-	-	509,70	-0,001%
IOF	645,34	-0,004%	-	-
CETIP	2.085,05	-0,014%	10.224,59	-0,011%
Custodiante Qualificado	567,08	-0,004%	2.972,93	-0,003%
Subtotal “Explícitos”	3.297,47	-0,021%	91.551,57	-0,097%
Taxa de Administração	-	-0,105%	-	-0,081%
TOTAL *	-	-0,126%	-	-0,178%

* Tendo em vista que os custos referentes às taxas de administração não são observáveis diretamente, e não transitam pelas Demonstrações Contábeis, foi calculado pela DIRIN apenas a diferença de rendimento em relação ao valor da cota bruta de cada fundo de investimento (sem o desconto da mencionada taxa). Dessa forma, não foi calculado o valor total financeiro dos custos dos investimentos, apenas o equivalente em perda de rentabilidade.

Segundo o Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão, os custos incorridos no primeiro semestre “foram equivalentes a redução de 0,126% no rendimento do Plano de Gestão Administrativa e a redução de 0,178% na rentabilidade do Plano de Benefícios”.

No Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2016, esse Conselho Fiscal recomendou que os relatórios mensais da DIRIN agreguem dados da rentabilidade acumulados nos doze meses anteriores. **Não constatou-se o atendimento a essa recomendação, permanecendo válida no presente documento.**

3.5 Plano de Benefícios da FUNPRESP-JUD versus PBGL de uma instituição financeira privada

O público alvo da Fundação são os servidores públicos do Ministério Público e do Poder Judiciário da União. Estes servidores têm como opção o investimento na FUNPRESP-JUD ou, ao seu critério, escolher uma instituição privada onde possam alocar seus recursos para a garantia de uma aposentadoria futura.

Abaixo tem-se uma comparação entre a FUNPRESP-JUD e uma instituição privada que oferece planos de previdência privada.

Nome do Fundo				% Direcionamento		Participante R\$	
RT FIX FIC				100		45,34	
Total:						45,34	
Rentabilidade dos fundos contratados							
RT FIX FIC				Data de abertura do fundo: 08 / 05 / 2000			
AGO/2017	0.6	JUL/2017	1.08	JUN/2017	0.59	Acumulado em 2015	9.35
MAI/2017	0.42	ABR/2017	0.45	MAR/2017	0.85	Acumulado em 2016	10.95
FEV/2017	0.93	JAN/2017	0.91	DEZ/2016	1	Acumulado em 2017	5.97
NOV/2016	0.63	OUT/2016	0.71	SET/2016	0.88	Acumulado nos últimos 36 meses	31.39
Rentabilidade dos outros fundos disponíveis							
Opção de renda contratada para realização dos seus projetos de vida							
Tipo de Renda Contratada		Fator de Conversão de Renda (**)			Data de Concessão		
RENTA MENSAL VITALICIA		294.59925587			14 / 03 / 2058		
Benefício complementar contratado							
Tipo de Benefício	Nr Processo SUSEP	Data de Inscrição	Data do Último Vencimento	Participante R\$	Empresa R\$	Benefício (*) R\$	
PENSAO POR PRAZO CERTO	15414.004439/2003-78	03 / 05 / 2007	05 / 09 / 2017	1,20	0	94,71	
(*) Os valores dos Benefícios de Risco, quando contratados, são válidos enquanto não houver solicitação de alteração das condições contratuais. A Taxa de Carregamento para os Benefícios de Risco é de 30%.							
Canais de Atendimento:							

www.susep.gov.br

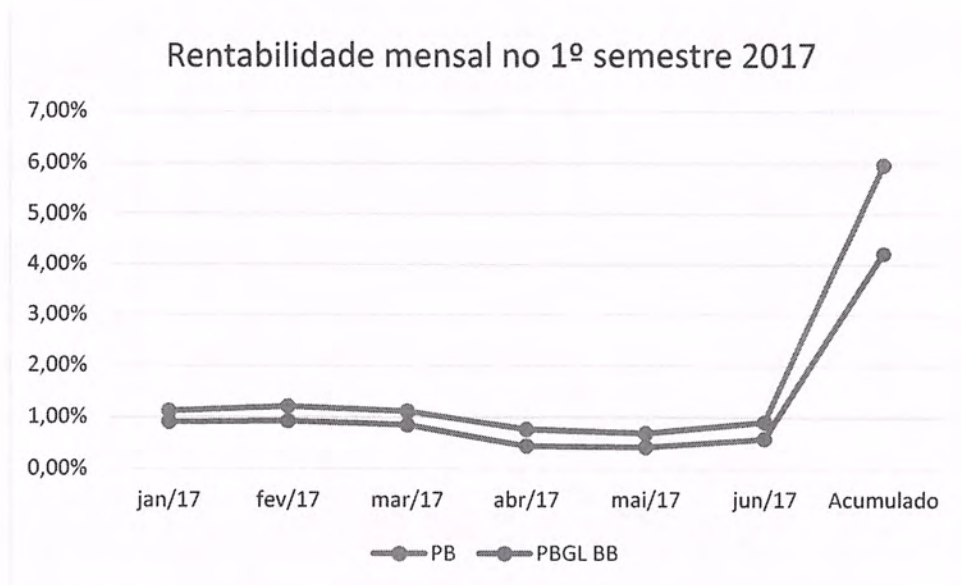
Central de Atendimento ao Cliente Brasilprev: 0800 729 7170;
Central de Atendimento para Deficientes Auditivos ou de Fala Brasilprev: 0800 729 0150;
Ouvidoria Brasilprev: 0800 727 7109; Ouvidoria para Deficientes Auditivos ou de Fala
Brasilprev: 0800 727 7120

Fonte Banco do Brasil – Brasilprev

Com base na fonte acima e nas informações de rentabilidade bruta do PB citada em 3.2, foi elaborado a tabela e gráfico abaixo:

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	Acumulado
PB	1,124%	1,214%	1,115%	0,771%	0,695%	0,909%	5,970%
PBGL BB	0,910%	0,930%	0,850%	0,450%	0,420%	0,590%	4,221%

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Diante desse concorrente, a rentabilidade dos investimentos do PB da FUNPRESP-JUD superou o da instituição privada em 1,75 pontos percentuais no primeiro semestre de 2017.

Handwritten signatures and initials in blue ink.

4. Execução Orçamentária

O acompanhamento da execução orçamentária da Funpresp-Jud requer um exame feito por meio de comparação entre o orçamento aprovado pelo Conselho Deliberativo e o orçamento executado pela Diretoria-Executiva.

Este acompanhamento ocorre mediante análise dos balancetes, dos relatórios de Demonstrações Contábeis (RDEC) e dos relatórios de Execução Orçamentária (RCON) divulgados mensalmente pela Diretoria Executiva e disponibilizados na página de transparência da Fundação.

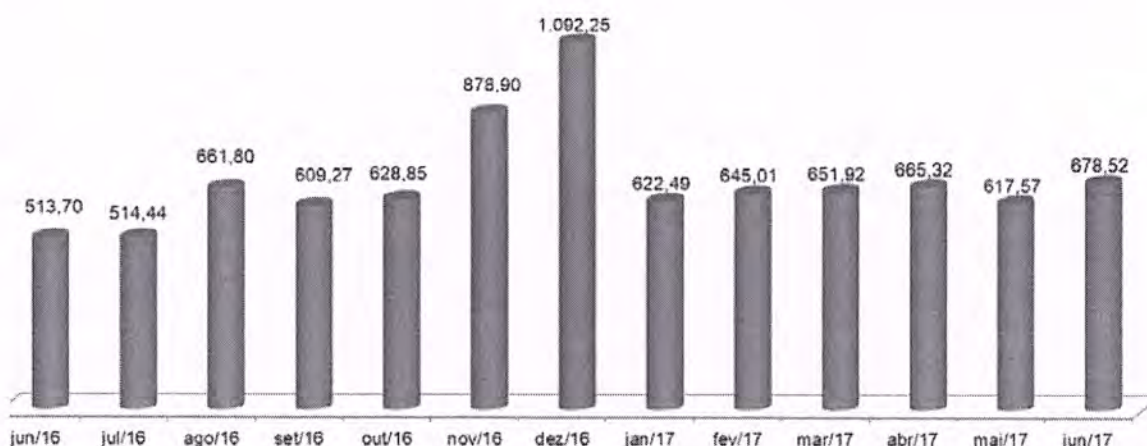
O Conselho Deliberativo aprovou, em 23 de novembro de 2016, a Proposta Orçamentária da Funpresp-Jud para o ano de 2017, conforme deliberado na 15ª sessão extraordinária do ano de 2016.

4.1 Receitas

A receita para o custeio das despesas para o primeiro semestre do ano de 2017 contabilizada foi de R\$ 1.978.334 (um milhão, novecentos e setenta e oito mil, trezentos e trinta e quatro reais) correspondentes à taxa de carregamento de 7% das contribuições e R\$ 861.902 (oitocentos e sessenta e um mil, novecentos e dois reais) provenientes da apuração de investimentos do PGA. No mesmo período foram registrados a título de apropriação de contribuições futuras o valor de R\$ 1.644.722 (um milhão, seiscentos e quarenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais).

A proposta orçamentária apresenta a previsão de R\$ 1.810.344 (um milhão, oitocentos e dez mil, trezentos e quarenta e quatro reais) de receita de contribuição para o custeio, R\$ 858.070 (oitocentos e cinquenta e oito mil e setenta reais) provenientes da apuração de investimentos do PGA e R\$ 1.566.012 (um milhão, quinhentos e sessenta e seis mil e doze reais) para apropriação de contribuições futuras.

O ticket médio em junho de 2017 foi de R\$ 678,52 (seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta e dois centavos), conforme divulgado no Relatório de Demonstrações Contábeis do mês de junho/2017. Abaixo o gráfico obtido desse relatório com a evolução do ticket médio dos últimos 12 meses.



4.2 Despesas

Conforme os relatórios RCON de janeiro a junho de 2017, a execução orçamentária realizada no semestre foi de R\$ 3.992.700 (três milhões, novecentos e noventa e dois mil e setecentos reais), o que representa uma execução de 85% (oitenta e cinco por cento) do valor previsto para o semestre e 43% (quarenta e três por cento) da previsão anual. Em valores absolutos, houve uma economia na execução do orçamento de R\$ 677.353 (seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e cinquenta e três reais).

Abaixo segue a tabela com a execução acumulada do semestre, obtida do RCON 06:

ITENS	ORÇAMENTO (R\$ 1,00)		EXECUÇÃO (R\$ 1,00)	D/B (%)	D/C (%)	D-C
	ANO (B)	ATÉ O MÊS (C)	ATÉ O MÊS (D)			
Despesas Administrativas (A)	9.319.433	4.670.052	3.992.700	43	85	(677.353)
Diárias e Passagens	76.961	60.617	44.402	58	73	(16.215)
Treinamentos	251.043	106.262	12.885	5	12	(93.377)
Investimentos em TI-PDTI	69.800	59.400	53.251	76	90	(6.149)
Serviços de Terceiros	626.349	356.398	227.211	36	64	(129.187)
Comunicação e Marketing	112.500	32.750	29.612	26	90	(3.138)
Tributos	572.685	280.335	249.748	44	89	(30.587)
Pessoal e Encargos	6.592.685	3.289.656	2.956.902	45	90	(332.754)
Estagiários	73.920	36.960	34.602	47	94	(2.358)
Benefícios	397.673	166.901	150.995	38	90	(15.906)
Atividades de Manutenção	495.578	253.050	228.166	46	90	(24.884)
Modernização das Instalações	45.000	25.000	2.274	5	9	(22.726)
Investimentos	5.239	2.723	2.652	51	97	(71)

Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Caderno Orçamentário de 2017.

John

Esse relatório apresenta ainda uma tabela com indicadores de gestão e um gráfico que apresenta as despesas *per capita* x receita *per capita* x despesa sobre receita:

– Indicadores de Gestão – Base informações contábeis de 12 meses – junho/17.

ITENS	Σ 12 meses 2016 (F)	Σ 12 meses (G)	(G/F-1) (%)	G – F
Participantes (A) – Un.	6.934	8.021	15,7	1.087
Ativo Total (B) – R\$ 1,00	93.149.963	124.941.562	34,1	31.791.599
Taxa de Carregamento (C) – R\$ 1,00	2.791.583	3.759.065	34,7	967.482
Fluxo de Investimento PGA (D) – R\$ 1,00	2.381.107	1.976.782	(17,0)	(404.325)
Despesas Administrativas (E1+E2) – R\$ 1,00	10.484.067	9.570.635	(8,7)	(913.432)
Despesa de Funcionamento (E1)	8.522.338	8.595.336	0,9	72.998
Despesa Financeira (E2)	1.961.729	975.299	(50,3)	(986.430)
I 1 (R\$ 1,00) Arrecadação Média (C/A)	403	469	16,3	66
I 2 (R\$ 1,00) - Despesa per capita (E/A)	1.512	1.193	(21,1)	(319)
I 2 _a Receita per capita (C+D/A)	746	715	(4,1)	(31)
I 3 (%) de Despesa sobre Ativo Total (E/B)	11,3	7,7	(31,9)	(3,6)
I 4 (%) Despesa sobre receita (E/C+D)	202,7	166,9	(17,7)	(35,8)

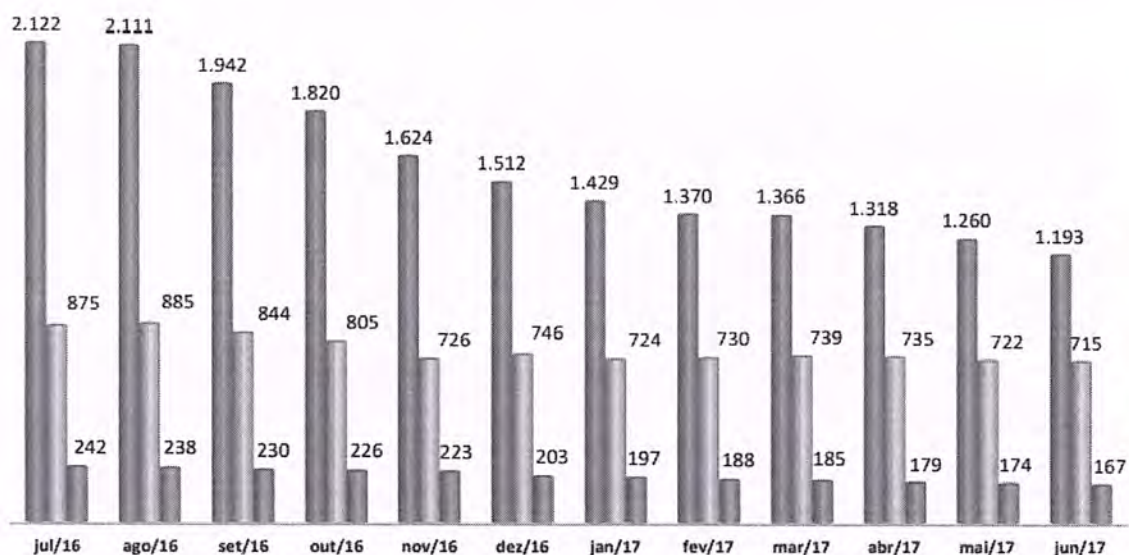
Fonte: Módulo financeiro da TrustPrev e Relatório de Relacionamento com participantes junho/17.

Analisando os indicadores dos últimos 12 meses finalizados em junho de 2017, observa-se um crescimento de 15,7% no número de participantes, com um incremento de 34,7% na taxa de carregamento. Contudo, nota-se um decréscimo de 17% no fluxo de investimento do PGA, em função da apropriação de contribuições futuras para a cobertura de despesas administrativas. Importante destacar ainda um decréscimo de 21,1% na despesa *per capita*, obtida em função da redução das despesas administrativas, em especial em função da redução da despesa financeira, e do ingresso de 1.087 participantes no plano.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller initials and marks below it.

– Despesas per capita X Receita per capita X Despesa sobre receita

■ Despesa per capita Σ 12 meses ■ Receita per capita Σ 12 meses ■ Despesa sobre receita % Σ 12 meses



Fonte: CCONT – Balancetes de julho/2016 a junho/2017.

Ao observar o gráfico acima verifica-se redução na despesa *per capita*, na receita *per capita* e na comparação despesa sobre receita. A tendência de queda deste último indicador indica que a fundação está indo ao encontro do objetivo de alcançar o ponto de equilíbrio.

4.3 Gestão Contábil

4.3.1 Demonstrativos Contábeis

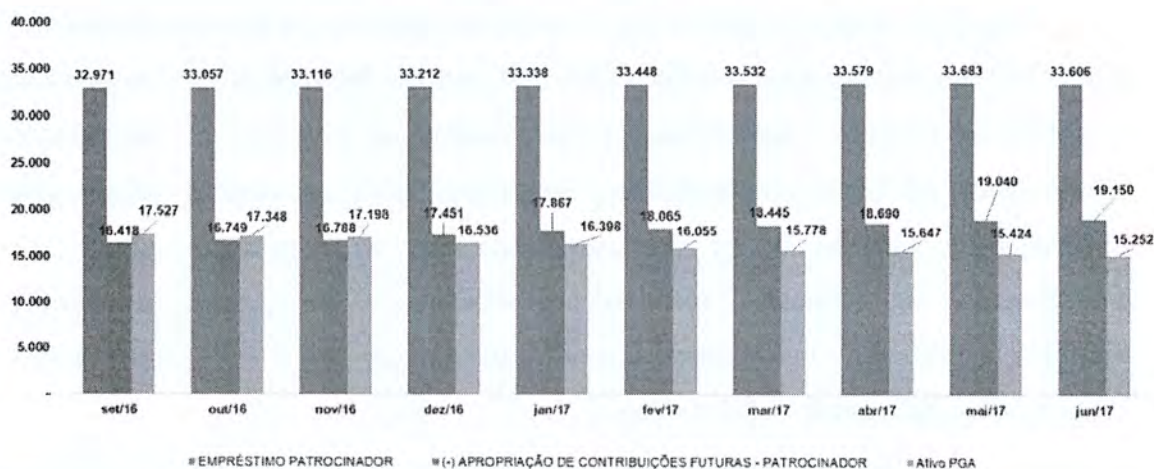
Os balancetes contábeis apresentados pela Fundação referentes aos meses de janeiro a junho de 2017 foram examinados pelo Conselho Fiscal que opinou favoravelmente à sua aprovação.

4.4 Evolução do empréstimo junto aos Patrocinadores

A seguir apresenta-se a evolução dos valores recebidos a título de antecipação de contribuições futuras, o Ativo do PGA e a apropriação dessas contribuições futuras para cobertura de despesas administrativas, conforme RDEC 06 e gráfico abaixo:

Handwritten signatures and initials:
 m
 9
 Jom
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Evolução do Empréstimo junto a Patrocinadores



Fonte: Balancetes setembro/2016 a junho/2017 – Coordenadoria de Contabilidade

É possível observar a evolução dos montantes a serem devolvidos aos Patrocinadores (houve diminuição no mês de junho em função da deflação do índice do IPCA no período), bem como a diminuição do Ativo do PGA em função de sua utilização para cobertura de despesas administrativas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller ones, located in the bottom right corner of the page.

5. Gestão das arrecadações

Esta seção objetiva a análise das providências adotadas em face das recomendações deste Conselho, consignadas nos Relatórios de Controles Internos referentes ao exercício de 2016, na avaliação das atividades relacionadas ao processo de arrecadação de contribuições do plano de benefícios, de acordo com as normas regulamentares, verificando-se, igualmente, os controles praticados no monitoramento de prazos, procedimentos de cobranças, contribuições indevidas e em atraso, contabilizações, controles internos e a conformidade quanto à alimentação das reservas individuais e do fundo coletivo das contribuições do Plano.

O trabalho realizado é derivado do acompanhamento das atas do Conselho Deliberativo e da Diretoria Executiva, das Atas de Reuniões Ordinárias do Conselho Fiscal, bem como, do Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão, emitido pela Assessoria de Controle Interno, referente ao primeiro semestre do exercício de 2017, dos relatórios mensais de Arrecadação e Cadastro – RARC, além da análise e exame dos documentos, informações e esclarecimentos disponibilizados pela Entidade, em resposta às solicitações/recomendações deste Conselho Fiscal.

5.1 Relatório de Controles Internos

A Assessoria de Controle Interno - ASCOI, através do Relatório de Controle Interno do 2º semestre de 2016, destacou, no subitem 6.3 (consistências financeiras), que a Funpresp-Jud notificou 86 patrocinadores, por meio do Ofício Circular 15/DISEG, de **28/11/2016**, solicitando esclarecimentos e providências sobre divergências apuradas no processo de consistência cadastral realizado pela Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc), pois foram verificados 3 tipos de inconsistências com 2.347 ocorrências, assim distribuídas:

Inconsistências financeiras	Quantidade
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261
Nunca houve contribuição	8
Ausência de contribuição no mês	2078
Total Geral	2347

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large '9' and various initials and signatures.

O relatório destacou que o 88% das inconsistências relacionam-se à ausência de contribuições no mês, resultando considerável perda de receita financeira, o que requer a atuação conjunta da Funpresp e dos patrocinadores com vistas a evitar e afastar o risco de novas intercorrências.

Com base nas informações deste relatório, foi realizado o acompanhamento das providências tomadas pela Fundação no primeiro semestre de 2017, visando a diminuir os elevados índices de divergências.

De acordo com os relatórios mensais de Arrecadação e Cadastro – RARC, dos meses de janeiro a junho de 2017, foram verificadas algumas soluções iniciais no mês de janeiro dos três itens apontados. Nos meses de fevereiro, março e abril os números apresentados nos relatórios foram os mesmos do mês de janeiro. Já nos meses de maio e junho foram realizadas mais algumas notificações, encerrando o semestre com os números constantes do quadro demonstrado abaixo.

Tabela 8: Acompanhamento de notificações de inconsistências

Inconsistências Financeiras	Total Apurado	Total Ajustado	Total não ajustado	% Total Ajustado
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261	145	116	55,56%
Ausência de contribuição no mês	2078	234	1844	11,26%
Nunca houve contribuição	8	3	5	37,50%
TOTAL	2347	382	1965	16,28%

Nota-se que o item de maior pendência - “ausência de contribuição no mês” - alcançou apenas 11,26% de solução. Já os outros dois itens também não obtiveram um número satisfatório de resoluções. Ao final, apenas 16,28% das inconsistências foram acertadas. Portanto, percebe-se que, embora o fluxo relativo à entrada de contribuições e seu processamento nas áreas de investimento, arrecadação, tesouraria até o registro contábil esteja, aparentemente, apto a identificar as falhas no recolhimento das contribuições, a Entidade ainda carece de mecanismos eficientes para fazer chegar, tempestivamente, às contas dos participantes todo o volume a que fazem jus.

Da análise dos relatórios mensais de Arrecadação, não foi possível identificar as ações que o setor vem desenvolvendo nas suas atividades mensais para a solução das inconsistências identificadas desde o final do ano de 2016. Não foram

identificadas nos relatórios possíveis inconsistências ocorridas no primeiro semestre de 2017, que podem elevar a quantidade de inconsistências financeiras no setor de arrecadação da Funpresp-Jud.

Importante salientar que o novo Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão, referente ao primeiro semestre de 2017, limitou-se a apresentar o quadro de pendências relativo ao ano de 2016, sem qualquer menção a novas pendências originadas no primeiro semestre de 2017.

Como já recomendado no relatório de controles internos do segundo semestre de 2016, este Conselho reforça **a recomendação de adoção de procedimentos com o fito de dinamizar o processamento da arrecadação e a correção das divergências e inconsistências cadastrais e financeiras além de constante atualização de novas pendências.**

Acrescente-se que, no decorrer do primeiro semestre de 2017, os valores mensais e acumulados da arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores, das contribuições facultativas, do pagamento de multa de contribuição em atraso e das entradas de portabilidade totalizaram R\$ 30.261.298,41 e apresentaram as movimentações a seguir:

Mês Arrecadação	Valor
Janeiro de 2017	R\$ 4.756.361,58
Fevereiro de 2017	R\$ 4.930.937,17
Março de 2017	R\$ 4.732.140,86
Abril de 2017	R\$ 5.216.867,45
Mai de 2017	R\$ 5.037.177,86
Junho de 2017	R\$ 5.588.313,49
Total	R\$ 30.261.298,41

No primeiro semestre do exercício de 2017, a arrecadação das contribuições normais dos participantes e patrocinadores totalizou 28 milhões de reais.

MÊS	PATROCINADOR	PARTICIPANTE	DIFERENÇA
Janeiro de 2017	R\$ 2.125.357,36	R\$ 2.126.106,18	- R\$ 748,82
Fevereiro de 2017	R\$ 2.299.046,92	R\$ 2.299.696,52	- R\$ 649,60
Março de 2017	R\$ 2.244.700,78	R\$ 2.245.437,59	- R\$ 736,81
Abril de 2017	R\$ 2.398.900,07	R\$ 2.396.277,39	R\$ 2.622,68
Mai de 2017	R\$ 2.359.670,53	R\$ 2.359.662,47	R\$ 8,06
Junho de 2017	R\$ 2.592.640,44	R\$ 2.593.415,23	- R\$ 774,79
Total	R\$ 14.020.316,10	R\$ 14.020.595,38	- R\$ 279,28

Percebe-se que, ao final do semestre em análise, a discrepância entre as contribuições dos patrocinadores e dos participantes é de apenas 0,002% do valor total das contribuições dos patrocinadores. Contudo, convém destacar que no mês de abril essa divergência chegou a 0,11% do total das contribuições dos patrocinadores, o que corrobora a observação feita anteriormente quanto à carência de mecanismos eficientes para fazer chegar às contas dos participantes o volume a que fazem jus no tempo devido, a fim de evitar perda de rendimentos.

Apesar de o início do ano de 2017 ter sido um semestre de poucas nomeações no Judiciário e Ministério Público, constatou-se através do relatório de Arrecadação e Cadastro que em todos os meses desse primeiro semestre de 2017 houve aumento no número de participantes no Plano. O ano de 2016 encerrou com 6.934 participantes. Janeiro de 2017 encerrou com 7.219 participantes; Fevereiro, com 7.331; Março, com 7.427; Abril, com 7.563; Maio, com 7.798; e Junho, com 8.021 participantes.

O mesmo relatório demonstra que, em todos os meses do 1º semestre de 2017, houveram atrasos de repasses dos mapas-resumo dos patrocinadores além de inconsistências e divergências financeiras. **Portanto, nos patrocinadores e na Funpresp-Jud ainda há necessidade de aperfeiçoamento dos processos de trabalho no que pertine à arrecadação.**

Outro aspecto importante a ser avaliado neste item referente à arrecadação é a quantidade de cancelamentos de inscrição no Plano de Benefícios JusMPPrev.

Em atenção ao Ofício nº 7/CF, a Diretora-Presidente da Funpresp-Jud encaminhou a este Conselho o Ofício nº 295/PRESI-DE, de 19 de setembro de 2017, pelo qual presta as informações solicitadas. Dentre elas, o tópico que se refere à 9ª Sessão

Ordinária, item 4.3, apresenta relatórios de arrecadação do primeiro semestre de 2017, detalhados por patrocinador.

Importa salientar que é possível identificar vários casos de Patrocinadores em que a taxa de cancelamento ultrapassa ou iguala a 20% dos ingressos, bem como casos em que a taxa de cancelamento é inferior a 10%, conforme se observa na tabela a seguir:

Patrocinador	Adesões patrocinados	Cancelamentos	Taxa de Adesão Mensal	Total de ingressos	Taxa de Cancelamento
TREMA	0	6	0,00%	6	100%
SJAL	1	3	25,00%	4	75%
TRF5	6	6	50,00%	12	50%
MPDFT	87	62	58,40%	149	41,60%
TREMS	3	2	60,00%	5	40,00%
TRT17	2	1	66,70%	3	33,30%
TRT18	19	9	67,90%	28	32,10%
TRT1	77	28	73,30%	105	26,70%
TREDF	3	1	75,00%	4	25%
TRT2	67	22	75,30%	89	24,7%
TRT5	13	4	76,50%	17	23,50%
TRF3	27	8	77,10%	35	22,9%
TST	21	6	77,80%	27	22,20%
TRT10	14	4	77,80%	18	20%
TRT12	20	5	80,00%	25	20%
TRT23	20	5	80,00%	25	20%
SJAC	8	2	80,00%	10	20%
SJAP	4	1	80,00%	5	20%
SJSP	30	7	81,10%	37	18,90%
TRT8	61	14	81,30%	75	18,70%
TREPR	5	1	83,30%	6	16,70%
TRT4	34	6	85,00%	40	15%
SJSC	6	1	85,70%	7	14,30%
TRT15	31	5	86,10%	36	13,90%
SJPR	19	3	86,40%	22	13,60%
MPF	275	42	86,80%	317	13,20%
SJAM	7	1	87,50%	8	12,50%
TRT13	7	1	87,50%	8	12,50%

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Patrocinador	Adesões patrocinados	Cancelamentos	Taxa de Adesão Mensal	Total de ingressos	Taxa de Cancelamento
TRT16	8	1	88,90%	9	11,10%
TRT3	38	4	90,50%	42	9,50%
TRT9	41	4	91,10%	45	8,10%
TRF1	24	2	92,30%	26	7,70%
STJ	37	3	92,50%	40	7,50%
SJCE	16	1	94,10%	17	5,90%
TREMT	21	1	95,50%	22	4,50%
SJRS	22	1	95,70%	23	4,30%
TREMG	29	1	96,70%	30	3,30%
TJDFT	117	2	98,30%	119	1,70%
MPT	84	0	100,00%	84	0%
TREPA	39	0	100,00%	39	0%
SJMT	16	0	100,00%	16	0%
TSE	14	0	100,00%	14	0%
SJMG	12	0	100,00%	12	0%
SJDF	11	0	100,00%	11	0%
STF	11	0	100,00%	11	0%
TREGO	11	0	100,00%	11	0%
SJBA	10	0	100,00%	10	0%
TRT14	7	0	100,00%	7	0%
SJPA	6	0	100,00%	6	0%
SJRO	6	0	100,00%	6	0%
TRERR	6	0	100,00%	6	0%
TRESC	6	0	100%	6	0%
TRESE	6	0	100%	6	0%
CNJ	5	0	100%	5	0%
SJPB	5	0	100%	5	0%
SJPE	5	0	100%	5	0%
TREAM	5	0	100%	5	0%
TREPB	5	0	100%	5	0%
TRT11	5	0	100%	5	0%
MPM	4	0	100%	4	0%
SJMA	4	0	100%	4	0%
SJMS	3	0	100%	3	0%
SJRJ	3	0	100%	3	0%

Patrocinador	Adesões patrocinados	Cancelamentos	Taxa de Adesão Mensal	Total de ingressos	Taxa de Cancelamento
SJRR	3	0	100%	3	0%
SJTO	3	0	100%	3	0%
STM	3	0	100%	3	0%
TREBA	3	0	100%	3	0%
TRERS	3	0	100%	3	0%
TRF4	3	0	100%	3	0%
CNMP	2	0	100%	2	0%
SJGO	2	0	100%	2	0%
SJPI	2	0	100%	2	0%
TREPI	2	0	100%	2	0%
TRERJ	2	0	100%	2	0%
TRERO	2	0	100%	2	0%
TRESP	2	0	100%	2	0%
CJF	1	0	100%	1	0%
SJES	1	0	100%	1	0%
TREAP	1	0	100%	1	0%
TRF2	1	0	100%	1	0%
TRT20	1	0	100%	1	0%
TRT21	1	0	100%	1	0%
TRT6	1	0	100%	1	0%
TRT7	1	0	100%	1	0%
TOTAL	1.549	276	84,90%	1.825	5,10%

É certo que há muitos casos em que a taxa de adesão chega a 100% do número de ingressos. Contudo, considerando que o número de ingressos com adesão automática, **sugere-se seja realizado um estudo com os patrocinadores onde o percentual de cancelamentos é maior, a fim de apurar os motivos dos cancelamentos e possibilitar o aprimoramento da estratégia de venda do plano de benefícios.**

Destaca-se que a Fundação adota a estratégia de venda e manutenção com os representantes da Funpresp-Jud nos patrocinadores. Salientar que há patrocinadores com altos índices de cancelamentos com sede na capital federal, o que certamente facilita o acompanhamento e treinamento de seus representantes pela Fundação.

Outro ponto a ser avaliado é se o custo das palestras presenciais realizadas pela Diretoria de Seguridade alavancado a quantidade de adesões. No mesmo Ofício nº 295/PRESI-DE, especificamente no item que trata dos esclarecimentos referentes à 7ª Sessão Ordinária deste Conselho, item 4.1, a Diretora-Presidente apresenta uma tabela com todas as palestras realizadas até o dia 25 de agosto deste ano pela Diretoria de Seguridade, em 27 patrocinadores diferentes de diversas regiões do país.

Desses 27 patrocinadores, a Diretora-Presidente selecionou 6 para demonstrar o número de inscrições por consequência das palestras, conforme o quadro abaixo:

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	Total
TSE	1	2	1	0	0	0	11	1	0	16
TRF3ª	16	1	0	2	0	0	8	5	8	40
TRE-MG	4	1	3	2	3	2	16	9	0	40
STJ	2	1	6	4	12	7	7	4	2	45
TRT 1º	16	1	3	0	2	1	53	0	2	78
MPDFT	8	5	13	3	1	48	11	0	4	93
Total	47	11	26	11	18	58	106	19	16	312

Nessa tabela é apresentado o número de inscrições. Contudo, o estudo deve considerar também o número de cancelamentos, o que fica claro no caso do MPDFT. Nesse patrocinador, se considerarmos todo o primeiro semestre, foram 78 inscrições da tabela acima, mas também 62 cancelamentos das inscrições automáticas da tabela apresentada anteriormente.

O resultado sugere que, apesar das inscrições no período próximo às palestras, elas não foram capazes de conter o alto índice de cancelamentos.

Ademais, em alguns exemplos constantes da tabela com o número de inscrições por mês, como não há o número de presentes a cada evento, pode-se deduzir que a palestra foi proferida a uma quantidade pequena de pessoas, a justificar questionamento quanto à relação custo x benefício dessa prática.

Por esses motivos, recomenda-se um estudo comparativo entre as modalidades de divulgação do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud aos servidores dos patrocinadores, considerando variáveis outras além do número absoluto e relativo de inscrições, tais como o custo de cada modalidade, o número de cancelamentos, a quantidade de pessoas alcançadas e a quantidade de colaboradores envolvidos,

possibilitando avaliar o modo mais eficiente de aplicação dos recursos, com o objetivo de levar a melhor informação sobre a Fundação, seu Plano de Benefícios e auxiliar no alcance mais célere do ponto de equilíbrio.

Este Conselho sugere a análise da possibilidade de implementação de uma rotina de controle de adesão automática junto aos patrocinadores nos dias que sucederem a novas posses em cada órgão, com auxílio dos representantes da Funpresp-Jud. Atualmente, realiza-se o acompanhamento de novas posses pelo Diário Oficial o que pode não ser suficiente para quantificar o número de servidores que as áreas de gestão de pessoas dos patrocinadores enquadram no novo regime previdenciário.

Como exemplo de controle interno que poderia ser adotado, ilustra-se: Após 10 dias da posse e entrada em exercício, o patrocinador poderia enviar um relatório com a quantidade e nome desses servidores. Transcorridos 90 dias, prazo para o cancelamento da inscrição automática, um novo relatório poderia ser encaminhado à Fundação com a quantidade e nomes dos servidores que optaram pelo cancelamento.

Uma rotina nesses moldes poderia auxiliar na quantificação e na qualificação dos cancelamentos de servidores do novo regime previdenciário, a fim de possibilitar uma melhoria nos resultados e atuações da Diretoria de Seguridade da Funpresp-Jud.

A collection of handwritten signatures and initials in blue ink, located in the bottom right corner of the page. The signatures are stylized and appear to be from multiple individuals, including what looks like 'fun', 'm', 'a', and several circular or scribbled marks.

6. Avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos

A avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos perpassa pela gestão como um todo com o fim de que os objetivos e diretrizes delineados pela alta administração sejam cumpridos, com aderência e conformidade ao regramento legal.

Nesse aspecto, mostra-se necessário a distinção prévia entre controle interno administrativo e o órgão de controle interno propriamente dito. O controle interno administrativo é responsabilidade dos próprios gestores e tem por finalidade mitigar riscos e assegurar que os objetivos da organização sejam alcançados. O órgão de controle interno tem a função, dentre outras, de avaliar a qualidade dos controles implantados pelos gestores.

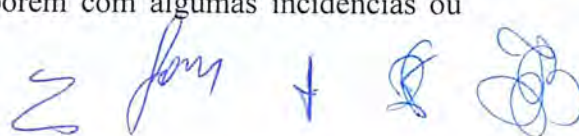
Nesse caminho, analisa-se a governança, os controles internos e a transparência da gestão da entidade, bem como a conjugação dessas dimensões, de forma a aferir a potencialidade de impacto no resultado da gestão e o alcance dos objetivos traçados no plano estratégico.

6.1. Governança

A governança corporativa, consoante enfatizado no Manual de Governança da Instituição, é um conjunto de costumes, leis, regulamentos e processos que regulam a maneira como uma entidade é administrada, visando garantir a aderência aos princípios e ao código de ética e conduta por meio de mecanismos mitigadores dos conflitos de interesse.

Para esse desiderato, as diretrizes básicas de governança apresentadas no Manual são: Transparência, Equidade, Prestação de Contas, Cumprimento das Leis, Ética, Responsabilidade Corporativa, e Segregação de Funções. Essas diretrizes devem nortear as boas práticas de governança na Funpresp-Jud.

A Funpresp-Jud é uma fundação, de natureza pública, com personalidade jurídica de direito privado, entidade integrante da administração indireta, que tem autonomia administrativa, financeira e gerencial, além de sede e foro no Distrito Federal (§ 1º do art. 4º da Lei nº 12.618/2012). Nesse diapasão, verifica-se que a entidade é regida predominantemente pelas regras de direito privado, porém com algumas incidências ou



projeções inerentes ao direito público, como a exigência de realizar licitações e concursos públicos, além de outras normas previstas no art. 37 da Constituição Federal.

A Funpresp-Jud entrou em operação em 14/10/2013, data da publicação da Portaria Previc nº 559/2013, que aprovou o Regulamento do Plano de Benefícios, conforme preceitua o art. 30 da Lei nº 12.618/2012, e assim foi instituído o regime de previdência complementar, condição para o exercício do direito de opção pelos servidores vinculados ao RPC¹.

Há que se destacar, no tocante à gestão corporativa, que a Funpresp-Jud integra a lista das dezessete entidades fechadas de previdência complementar enquadradas como Entidades Sistemáticamente Importantes (ESI), para fins de supervisão prudencial e proporcionalidade regulatória, conforme Portaria nº 580, de 29 de maio de 2017 (DO de 30/05/2017) da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Esse fato revela a importância da Fundação o sistema de previdência fechada, bem como eleva o grau de responsabilidade por sua gestão.

6.1.1. Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da Funpresp-Jud é constituída pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva, órgãos colegiados, além de ter os seguintes órgãos auxiliares à gestão: o Comitê de assessoramento Técnico, a Auditoria Interna (ainda não implementada), o Comitê de Investimentos e Riscos e a Assessoria de Controle Interno.

¹

Regime de Previdência Complementar.

A Funpresp-Jud tem a seguinte estrutura organizacional:

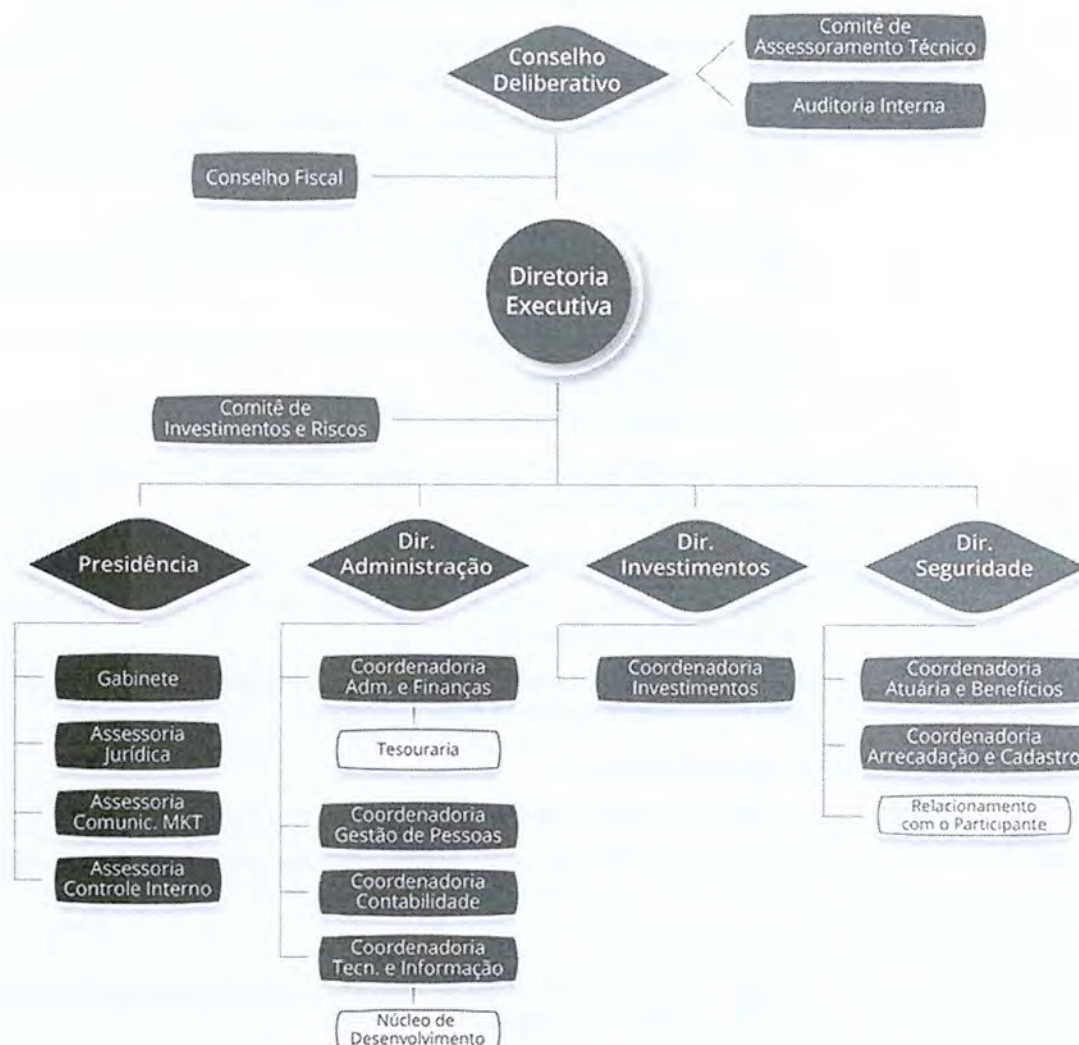


Figura 1 - Estrutura organizacional da Funpresp-Jud

É possível observar pelo organograma acima a hierarquia da Fundação e as áreas e órgãos colegiados, bem como uma evidente estrutura diminuta.

6.1.2. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico 2016-2020 da Funpresp-Jud foi aprovado pela Resolução CD nº 05, de 1º de junho de 2016 e traz as seguintes disposições:

[Assinaturas manuscritas em azul]

Art. 1º [...]

§ 2º Todas as ações, projetos, planos, indicadores e metas de gestão deverão estar alinhados às diretrizes estratégicas estabelecidas.

Art. 2º A identidade estratégica em que se baseia o Planejamento Estratégico da Funpresp- Jud é constituída pelos seguintes componentes:

I - Missão: proporcionar ao participante o melhor benefício previdenciário, por meio da otimização dos recursos investidos, respeitados níveis prudentes de risco, de forma responsável, ética e transparente;

II - Visão de futuro: ser reconhecida pela excelência em administração de plano de benefícios previdenciários para servidores e membros dos patrocinadores até 2020;

III - Valores: ética, transparência, comprometimento, credibilidade, excelência e responsabilidade; e

IV – Nove objetivos estratégicos.

Art. 3º Os objetivos estratégicos estão distribuídos em quatro perspectivas, conforme elencados abaixo:

I - Aprendizado e Crescimento:

a) objetivo 1: Prover sistema de informações gerenciais e soluções eficazes em Tecnologia da Informação; e

b) objetivo 2: Atrair e reter talentos, desenvolver competências, proporcionando gestão do conhecimento entre os colaboradores.

II - Processos Internos:

a) objetivo 3: Aperfeiçoar a comunicação interna e externa; e

b) objetivo 4: Ter prática de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.

III - Financeira:

a) objetivo 5: Ampliar a oferta de produtos e serviços adequados ao perfil dos participantes e beneficiários; e

b) objetivo 6: Otimizar a rentabilidade dos recursos geridos, observando-se níveis prudentes de risco.

IV - Partes Interessadas:

a) objetivo 7: Atrair e reter participantes;

b) objetivo 8: Melhorar o relacionamento e fomentar a integração com os patrocinadores e sistema de previdência complementar; e

c) objetivo 9: Promover a educação financeira e previdenciária aos servidores e aos membros dos patrocinadores.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature on the right and several smaller ones at the bottom right.

O Mapa Estratégico da Fundação está mostrado na figura a seguir:



Figura 2 - Mapa Estratégico da Funpresp-Jud

Os objetivos estratégicos estão alinhados e aderentes à maturidade organizacional da Fundação, de forma a refletir um cenário de boa governança, considerada a data de sua entrada em operação.

6.1.3. Normatização Interna

O nível de maturidade em termos de governança pode ser aferido nos seguintes normativos internos da Fundação:

Normativo/Manual	Descrição
Estatuto	Regulamento ou conjunto de regras de organização e funcionamento da Fundação.
Regulamento do Plano de Benefícios	Conjunto de regras que normatizam os integrantes do plano, a remuneração de participação, o custeio, as reservas, contas e fundos previdenciais, os perfis de investimentos e os benefícios do plano.
Política de Investimentos – 2017	Tem o objetivo de servir como ferramenta de planejamento, fornecendo as diretrizes gerais para a gestão dos recursos financeiros a serem administrados pela Fundação, dentro de destacado padrão de qualidade, visando retornar os melhores desempenhos para os recursos dos

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Normativo/Manual	Descrição
	participantes e patrocinadores, observando os mais elevados níveis de prudência, bem como princípios de governança, segurança, solvência, liquidez e transparência.
Plano de Gestão Administrativa	Tem como finalidade estabelecer regras, normas e critérios para a gestão administrativa dos planos de benefícios previdenciais.
Plano de Custeio	Define os percentuais incidentes sobre a remuneração de participação, contribuição normal ou vinculada, contribuição facultativa, taxa de carregamento e Fundo de Cobertura dos Benefícios Extraordinários.
Regimento Interno	Tem por finalidade regular as atividades dos órgãos e demais componentes da estrutura básica da Funpresp-Jud, em complemento ao seu Estatuto, bem como orientar os membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, da Diretoria-Executiva e da Auditoria Interna, no exercício de seus mandatos.
Código de Conduta e Ética	Visa aperfeiçoar e manter padrões éticos elevados nas ações e relacionamentos internos e externos da Funpresp-Jud, tendo por base o regramento de condutas pessoais e profissionais, de modo que seu ambiente organizacional esteja em linha com a busca da excelência em sua atuação como entidade fechada de previdência complementar.
Manual de Governança	Consolida as regras e os princípios que norteiam a governança corporativa, envolvendo as práticas e os relacionamentos entre seus Participantes, Patrocinadores, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva, empregados, colaboradores, Auditoria Independente, Comitês, de forma a convergir as boas práticas de governança em recomendações objetivas, visando à defesa dos interesses da Entidade.
Política de Alçada Decisória	Tem por objetivo determinar limites de alçadas para realização de atos administrativos decisórios, não disciplinados no Estatuto e no Regimento Interno da Funpresp-Jud. Entende-se por alçada o limite das competências e atribuições para realização de atos administrativos decisórios.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016-2017	O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos, processos e das ações de tecnologia da informação, devendo constar previsão de custos, cronograma macro e níveis de prioridade.
Plano de Cargos, Carreiras e Salários	Estabelece uma estrutura de cargos, funções e salários moderna, dinâmica e eficaz, para estimular o desenvolvimento e a retenção de profissionais com perfis adequados ao Planejamento Estratégico Institucional 2014-2020 da Entidade.
Regulamento de Gestão de Pessoas	Aprovado pela Resolução CD nº 7, de 7 de dezembro de 2016, institui o Regulamento de Pessoal da Funpresp-Jud (avaliação de desempenho, remuneração, progressão e promoção na carreira, processo de recrutamento e seleção, licenças e afastamentos, jornada de trabalho, férias, capacitação, responsabilidades, deveres e proibições, penalidades).
Política de Comunicação	Pretende estreitar o relacionamento com os diversos públicos da Fundação; consolidar imagem e reputação de credibilidade, qualidade técnica e transparência na gestão dos recursos; aperfeiçoar o fluxo da informação; melhorar o entendimento dos participantes e assistidos em relação ao Plano de Benefícios JusMP-Prev, fomentar a adesão e reter os participantes no Plano de Benefícios.
Política de Gerenciamento de Riscos	Esta política tem por objetivo definir as diretrizes a serem observadas para identificação, avaliação, controle e monitoramento contínuo dos riscos e dos controles internos da Funpresp-Jud, visando ao







Normativo/Manual	Descrição
	fortalecimento do ambiente de governança corporativa e à aderência dos controles internos aos normativos vigentes.
Política de Segurança da Informação	Estabelece diretrizes que permitam à Funpresp-Jud a proteção de seus ativos de informação com eficiência, eficácia e competitividade empresarial, de modo seguro e transparente, garantindo a disponibilidade, integridade, autenticidade, legalidade e sigilo, de forma alinhada aos requisitos legais e exigências dos órgãos regulatórios de acordo o negócio.
Plano de Trabalho – Investimentos 2017	Solicitado pelo Conselho Deliberativo à Diretoria Executiva por meio do Ofício nº 003/CD/Funpresp-Jud, de 25 de outubro de 2016, com o objetivo de se aprimorar a gestão de ativos da Fundação.
Plano de Controle Interno – PCI 2017	Elaborado com base nas diretrizes definidas na Política de Gerenciamento de Riscos da Fundação, aprovada pelo Conselho Deliberativo em sua 8ª Sessão Ordinária, realizada no dia 3 de agosto de 2016. O objetivo deste PCI é definir as prioridades e o cronograma das atividades de monitoramento do exercício de 2017, bem como apresentar os critérios de avaliação das áreas internas e das atividades a serem monitoradas no âmbito do primeiro ciclo de autoavaliação.
Cartilha de Boas-Vindas – 2017	Documento que dá um panorama geral da Funpresp-Jud para os novos colaboradores. Explicita a missão, a visão, os valores, o código de ética e conduta, as principais normas e políticas, benefícios e vantagens, além da avaliação de desempenho, deveres e vedações.
Catálogo de Serviços de Tecnologia da Informação	O objetivo do Catálogo de Serviço de TI da Funpresp-Jud é manter um documento estruturado com informações sobre os serviços oferecidos pela COTEC, como orientação para dirigentes, colaboradores e conselheiros, usuários dos recursos de TI da Fundação.
Regulamento Eleitoral	Aprovado pela Resolução CD nº 15, de 5 de novembro de 2014, disciplina o processo de eleição direta dos representantes dos participantes e assistidos nos Conselhos Deliberativo e Fiscal e no Comitê de Assessoramento Técnico e seus respectivos suplentes.

Verifica-se do arcabouço normativo institucional acima que a governança norteia a atividade de gestão estando, em regra, sedimentada como diretriz a ser observada em todas as instâncias de decisão.

Há que se ressaltar que os membros do Conselho Fiscal, órgão estatutário integrante da Fundação, não sofrem quaisquer limitações no desempenho de suas atividades, bem como têm a efetiva e participativa colaboração dos dirigentes, tanto nos esclarecimentos de dúvidas técnicas, quanto no fornecimento de dados e pedidos de informações deliberadas pelo colegiado. Esse aspecto corrobora os princípios éticos e a boa governança que se pauta a gestão da Funpresp-Jud. Essa situação evidencia o esforço institucional na busca de um objetivo comum, qual seja, o alcance dos objetivos e diretrizes delineados pelo Conselho Deliberativo.

6.1.4. Gestão de Pessoas

A Funpresp-Jud no mês de junho/2017 contou com um quadro de 32 colaboradores, entre dirigentes (4), servidores cedidos (3), empregados comissionados (12), empregados concursados (5), estagiários (5) e terceirizados (3), além de possuir 20 conselheiros – 12 do conselho deliberativo e 8 do conselho fiscal, entre titulares e suplentes.

Em 3 de fevereiro de 2017 foi homologado o resultado final do primeiro concurso Funpresp-Jud 2016, cujo prazo de validade será de 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período (Item 13.28 do Edital nº 1/2016).

Até o mês de junho, ocorreram 26 capacitações entre presença em Seminários, participação em encontros e cursos a distância e presenciais, sendo 8 para dirigentes (30,77%) e 18 para os demais colaboradores (69,23%).

Nesse quesito, verifica-se aderência às boas práticas de governança relativamente à área de gestão de pessoas (política de gestão de pessoas, capacitação, remuneração, etc.).

6.1.5. Gestão de TI

O universo de projetos/jobs do PDTI 2016-2017 é composto por 32 projetos, onde 18 projetos foram migrados do ciclo 2015/2016. Apresenta um projeto/job cancelado, dois pendentes e treze programados e não iniciados, conforme figura a seguir:

	Administrativos	Finalísticos	
Estratégicos	15 Projetos Finalizados	07 Projetos em Execução	Total: 11
Táticos	01 Projeto Cancelado 02 Pendentes	07 Projetos Programados /Não iniciados	Total: 21
	Total: 17	Total: 15	

Figura 3 - Quadro de Projetos de TI

Handwritten notes and signatures in blue ink, including a signature at the top right and several scribbles and initials at the bottom right.

Observa-se que há um número significativo de projetos já finalizados e outros, em menor número, em execução, se comparados ao quadro diminuto de pessoal da Fundação. Nesse sentido, as políticas e diretrizes estabelecidas para a área, bem como os instrumentos de normatização denotam a boa governança em sentido amplo.

6.1.6. Gestão de Contratos e Licitações

No Relatório de Acompanhamento da Gestão – 1º Semestre de 2017, está registrado que durante o 1º semestre de 2017, não houveram aquisições, somente contratações de bens e serviços de forma a subsidiar as atividades operacionais e de infraestrutura da Fundação, bem como destacou a integração entre as áreas jurídica e técnica referente aos procedimentos licitatórios.

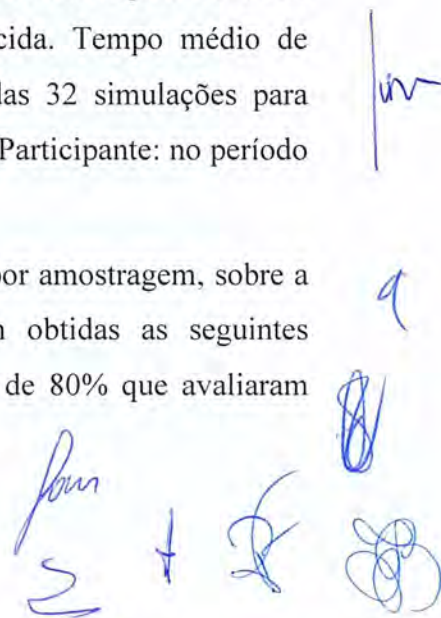
Ademais, em atendimento ao princípio da transparência enfatizou a disponibilização de todos os documentos referentes aos processos licitatórios no site da Funpresp-Jud.

Em regra, os procedimentos descritos estão alinhados às boas práticas de governança e gestão.

6.1.7. Gestão de Seguridade

O Relatório de Relacionamento com o Participante do mês de junho de 2017 consigna que foram registradas 349 solicitações, sendo todas respondidas dentro do prazo estipulado na meta de “atingir tempo máximo de atendimento de 240 horas para 98% dos chamados”. Desse modo foi cumprido 100% da meta estabelecida. Tempo médio de resposta foi de 20 horas e 09 minutos. No mês foram realizadas 32 simulações para membros e servidores atendidos. Relatório de acessos ao Portal do Participante: no período de 1º a 30/06/2017 foram registrados 2.098 acessos.

A RELPA realiza mensalmente uma pesquisa de opinião, por amostragem, sobre a qualidade de atendimento. No mês de junho de 2017 foram obtidas as seguintes informações: O resultado da pesquisa evidenciou um percentual de 80% que avaliaram satisfatório o tempo de retorno e prestado um bom relacionamento.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a vertical line with a checkmark-like mark, and several stylized signatures.

6.1.8. Gestão Contábil

O Relatório de Demonstrações Contábeis, do mês de junho de 2017, esclarece os efeitos da consolidação dos balancetes. A consolidação representa os saldos das contas do Plano de Benefícios e do PGA de acordo com a Resolução CNPC 8/2011, alterada pela Resolução CNPC 12/2013, e Instrução MPS/SPC 34/2009. Assim, são anulados os efeitos das operações entre o PGA e o Plano de Benefícios, de forma a evitar que o resultado consolidado seja inflado por operações entre os planos.

No mês de junho de 2017 o *ticket* médio de contribuições da Funpresp-Jud foi de R\$ 678,52. O *ticket* médio representa o montante apurado de contribuições no mês de junho de 2017 dividido pelo número de participantes do fim do período (8.021 participantes).

Há destaque ainda para o indicador que demonstra o índice calculado com a divisão das despesas pelas receitas operacionais, segregando as despesas e receitas financeiras. Esse índice, denominado ROP, acompanha a real capacidade da Fundação em geração de caixa para a cobertura das despesas ajustadas dos efeitos financeiros e tributários. O acompanhamento desse indicador permite identificar que há uma tendência clara de redução da razão despesas por receitas operacionais, aproximando-se do *break even point* (ponto de equilíbrio) da Funpresp-Jud.

6.1.9. Gestão Orçamentária

O orçamento e sua execução encontram-se dentro daquilo que foi planejado, com destaque para a Investimento em TI-PDTI que no primeiro semestre executou-se 76% do valor previsto para o ano (90% do previsto para o semestre). Itens como Treinamentos e Modernização das Instalações encontram-se com 5% do que foi planejado e os demais itens encontram-se dentro de um contexto de proporcionalidade. No geral, as Despesas Administrativas executadas correspondem a 85% do orçamento previsto para o semestre e 43% do previsto para o ano.

Esse item evidencia a boa gestão antes aquilo que foi planejado, o que, mais uma vez, corrobora a boa prática no quesito governança.

W
9
E
fome + E no

6.1.10. Atividades da Diretoria Executiva

O Relatório de Atividades da Diretoria Executiva, em regra de periodicidade trimestral, tem previsão do inciso VIII do art. 49 do Estatuto da Funpresp-jud e possibilita ao Conselho Deliberativo um acompanhamento mais analítico da organização e também fornece subsídios para a tomada de decisões com vistas ao estabelecimento de novas diretrizes e de orientações gerais de organização, operação e administração.

Nos tocantes às atividades, despontam-se os planos de ação que foram definidos com base no Planejamento Estratégico 2016- 2020. O Ciclo de Palestras 2017, que começou em 27 de janeiro, com o tema “PEC 287/2016 – Reforma da Previdência e seus impactos para os servidores públicos”.

O primeiro evento com uso da ferramenta de comunicação Webinar², acrônimo do inglês *web-based seminar* (seminário baseado em rede), ocorrido no dia 22 de março, com o tema “A Reforma da Previdência e seus impactos para os servidores públicos”. Esse evento interativo realizado pela internet, por meio de um *link*, possibilitou a participação de 650 pessoas *online* e mais de 160 participantes ativos no *chat*.

O segundo Webinar de 2017, foi realizado no dia 7 de abril, e também foi ministrado pelo Diretor de Seguridade da Funpresp-Jud, sobre Benefício Especial. Teve 309 pessoas *online* e mais de 100 ativas no *chat*.

6.1.11. Relatório dos Encontros Regionais

Este ano houve um incremento de aproximadamente 21% de participantes, totalizando 173 servidores que atuam como Representantes Funpresp-Jud e na área de gestão de pessoas, de 58 órgãos patrocinadores. No Planejamento Estratégico 2016-2020 foi estabelecida a meta de atingir 9.540 participantes patrocinados em 2017, alcançar 91% de permanência desse público, assim como atingir 477 participantes vinculados.

Em relação ao custo previsto para os Encontros Regionais, estimado em R\$ 48.000,00, foi obtida uma redução de 39,7% na execução do projeto.

² É uma forma de *web conferência* em que a comunicação é de uma via apenas, ou seja, somente uma pessoa se expressa e as outras assistem. A interação entre os participantes é limitada apenas ao *chat*, de modo que eles podem conversar entre si ou enviar perguntas ao palestrante.

6.1.12. Análise da Governança

Os aspectos averiguados em torno de governança denotam a aderência às boas práticas nos vários níveis de gestão, posicionando a entidade na vanguarda em tópicos como transparências, de forma a servir de parâmetro como modelo de boa gestão corporativa.

No entanto, para contribuir com a boa governança, o Conselho Fiscal sugere a observância dos seguintes pontos:

- a) apesar de existir formalmente, o Comitê de Ética e Conduta, ele não consta da estrutura organizacional;
- b) aperfeiçoar os mecanismos de relacionamento com o participante e/ou usuário no sentido de possibilitar um canal que funcione como uma espécie de ouvidoria, canal de denúncia ou *ombudsman*;
- c) disponibilizar, na página eletrônica da Fundação, a resolução do Conselho Deliberativo que normatizou o Código de Ética e Conduta, cujo texto foi aprovado na 11ª Sessão Ordinária, de 9 de novembro de 2016.

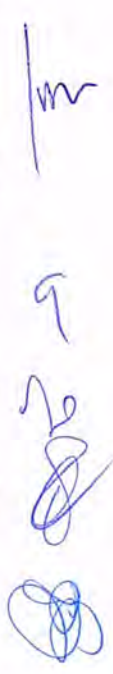
6.2. Controles Internos

O exame da qualidade e suficiência dos controles internos em uma organização revela, em sentido amplo, o grau de maturidade da instituição e o compromisso com o cumprimento dos objetivos e metas delineadas no plano estratégico institucional e perpassa, inclusive, pelos níveis tático e operacional.

Para avaliação da qualidade e suficiência dos controles internos na gestão, foram considerados os componentes do COSO³, a saber: **Ambiente de Controle; Avaliação de Risco; Atividades de Controle; Informação e Comunicação; e Monitoramento.**

Destaca-se que, no ano de 2004, o COSO publicou o *Enterprise Risk Management - integrated framework* (COSO-ERM ou COSO II), sendo uma evolução do COSO-IC,

³ *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. Em 1992, o COSO publicou o guia *Internal Control – integrated framework* (COSO-IC ou COSO I), com o objetivo de orientar as organizações quanto a princípios e melhores práticas de controle interno.



documento que ainda hoje é tido como referência no tema gestão de riscos corporativos. Esse modelo foi projetado com o objetivo de *orientar as organizações no estabelecimento de um processo de gestão de riscos corporativos e na aplicação de boas práticas sobre o tema.*

Na perspectiva do cubo do COSO-ERM, que trata dos componentes do modelo, observa-se que a atividade “Análise de Riscos”, anteriormente prevista no COSO-IC, foi substituída e complementada pelas seguintes atividades: *Identificação de Eventos, Avaliação de Riscos e Resposta a Riscos.* Essas atividades devem considerar o desejo de a organização em assumir riscos *versus* o potencial de retorno (apetite de risco) e os níveis de tolerância a riscos definidos institucionalmente.

Nesse sentido, tendo vista o que restou consignado no Ofício nº 298/PRESI-DE, de 22 de setembro de 2017, a seguir transcrito, referente ao Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão do 1º Semestre de 2017, emitido pela Assessoria de Controle Interno, os controles internos serão analisados com base nos componentes do COSO I:

Ressaltamos que esse relatório tem o objetivo de consolidar os dados semestrais constantes nos relatórios produzidos pelas áreas citadas e não contempla a análise e manifestação da Ascoi, pois **será emitido relatório específico de controles internos com o resultado do 1º ciclo de autoavaliação de riscos, elaborado a partir da implantação do software Channel.** [Grifou-se]

Tecidas essas ponderações, destaca-se que os elementos do COSO I foram, sinteticamente, apresentados pela Diretoria Executiva e constam dos Relatórios Trimestrais da Diretoria e do Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão do 1º Semestre de 2017, elaborado pela Assessoria de Controle Interno), para o acompanhamento da gestão do passivo, dos investimentos, do orçamento, da contabilidade e dos contratos e licitações ocorridos no primeiro semestre de 2017.

Assim, ainda que ausente, justificadamente, a manifestação da Ascoi no citado relatório, em decorrência da implementação de mecanismos que permitam a autoavaliação de riscos, com o uso de ferramenta específica, passa-se a analisar a aderência, com base nas informações consignadas nos relatórios, dentre outras, aos elementos integradores do ambiente de controle interno.

Em relação ao elemento ambiente de controle, a Fundação possui suas responsabilidades e competências formalizadas nos seguintes normativos: Estatuto, PGA e Regulamento do Plano, Regimento Interno e Código de Ética e de Conduta. Além desses,

existe uma estrutura organizacional formalizada, além de portarias sobre delegação de competências e instruções normativas, que trata de institutos como a dependência econômica, auxílios alimentação e saúde, diárias, bem como a elaboração de notas técnicas sobre diversos assuntos, esclarecendo ou justificando determinados atos e fatos inerentes à administração da Funpresp-Jud.

Destaca-se a elaboração do Planejamento Estratégico 2016 – 2020, a habilitação de conselheiros e dirigentes na PREVIC, aprovação da Política de Gerenciamento de Riscos e do Orçamento de 2017.

Ademais, ressalta-se a construção do Painel de Transparência e Governança da Funpresp-Jud, que passou a divulgar dados, desde 2013, dos participantes, patrocinadores, patrimônio, receitas e despesas. Tal ferramenta permite aos diversos órgãos de governança acompanhar e aperfeiçoar o atingimento das metas e indicadores, bem como acompanhar a realização da estratégia definida no planejamento da entidade.

No âmbito gerencial, exalta-se o programa de capacitação, cujo objetivo é o aperfeiçoamento dos dirigentes, conselheiros e empregados da Funpresp-Jud, destacando o oferecimento de curso para a certificação que lhes é obrigatória. No período, ações de treinamento ocorreram por meio do Ciclo de Palestras.

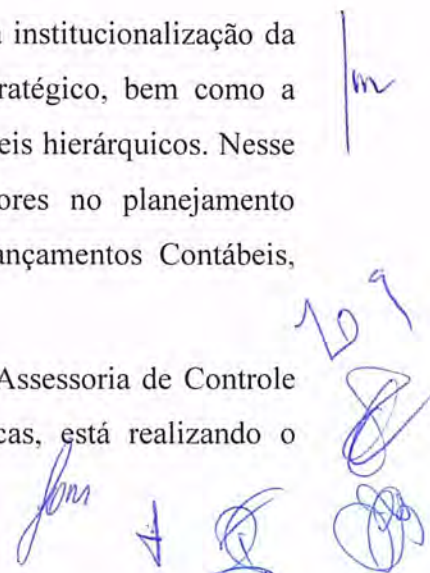
Nesse tocante, destaca-se a certificação dos conselheiros e diretores da Fundação. Em 30 de março de 2015, entrou em vigor a Resolução-CNPC nº 19, que passou a exigir a certificação dos Membros da Diretoria Executiva, dos Comitês de Assessoramento, do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal e outros empregados da EFPC, conforme previsto na legislação.

Até 30/06/2017, apenas um conselheiro suplente do Conselho Deliberativo ainda não estava certificado e encontra-se inabilitado até cumprir essa exigência.

Em relação ao elemento “avaliação de riscos”, observa-se a institucionalização da política de análise de riscos nos níveis operacional, tático e estratégico, bem como a institucionalização da cultura de controles internos em todos os níveis hierárquicos. Nesse prisma, ressalta-se a implementação e mensuração de indicadores no planejamento estratégico e a realização de avaliações da Ascoi nos temas Lançamentos Contábeis, Orçamento, Investimentos e Arrecadação.

Nesse enfoque, consta do Relatório PRESI 06/2017 que a Assessoria de Controle Interno (Ascoi), em conjunto com os gestores das áreas técnicas, está realizando o

129



mapeamento dos processos da Assessoria Jurídica e da Coordenação de Atuária e de Benefícios, em linha com o Objetivo Estratégico OE4 - Ter práticas de gestão eficiente, transparente e com foco em resultado.

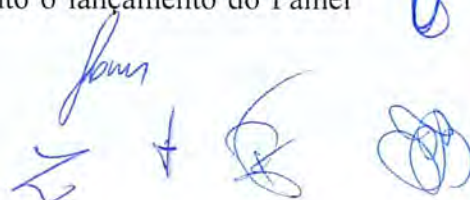
Ademais, a Ascoi emite, mensalmente, manifestação com o objetivo de avaliar a consistência das apropriações e dos lançamentos contábeis dos balancetes do Plano de Benefícios - PB, do Plano de Gestão Administrativa – PGA e do Consolidado, verificando a adequação dos valores apropriados, das conciliações realizadas, bem como a verificação da conformidade às normas vigentes. Além disso, são emitidas manifestações sobre as certidões negativas da Fundação, com o objetivo de verificar a regularidade da Funpresp-Jud junto à Receita Federal do Brasil, Justiça Trabalhista e Caixa Econômica Federal (FGTS).

Está em andamento o 1º Ciclo de autoavaliação do exercício de 2017, que resultará na catalogação da matriz de riscos da Fundação e no relatório de Controles Internos referente ao 1º semestre de 2017.

No relatório de controle internos do 2º semestre de 2016, esse Conselho recomendou que a Diretoria Executiva avalie os riscos para a Fundação do PL 6.088 e da PEC 287. Considerando a tramitação dessas propostas legislativas e entendendo que a Diretoria já procedeu a avaliação riscos, a recomendação permanece no sentido de monitorar as discussões e evoluções do tema.

Quanto ao elemento “procedimentos de controle”, destaca-se a utilização dos indicadores de desempenho, instituído pelo Planejamento Estratégico da Fundação para acompanhar a atuação dos diversos setores da Entidade em relação ao cumprimento de suas metas e consequente alcance dos objetivos da Funpresp-Jud. O cumprimento das metas é mensurado mediante a apuração desses indicadores previamente estabelecidos no Planejamento Estratégico e sua execução é acompanhada, tecnicamente, pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo e pelo Conselho Fiscal.

O elemento “informação e comunicação” preconiza que a informação é necessária para que a entidade cumpra a responsabilidade de controle interno, a fim de apoiar a realização de seus objetivos, considerando-se adequados os meios utilizados para disseminar e disponibilizar a informação, os quais devem ser monitorados e avaliados para que sejam aperfeiçoados constantemente. Destaca-se nesse ponto o lançamento do Painel de Transparência e Governança.



Por fim, quanto ao elemento “monitoramento”, os controles internos são monitorados de forma sistemática e têm contribuído para a melhoria do desempenho da Fundação. Exemplos de monitoramento dos controles internos são:

- a) O cronograma e os respectivos prazos que a Diretoria Executiva estabelece e controla semanalmente;
- b) O PGA, que possui regulamento próprio, tratando, dentre outros assuntos, das fontes e das destinações dos recursos administrativos;
- c) A análise periódica dos indicadores estratégicos pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo, pelo Conselho Fiscal e pelos Controles Internos da Funpresp-Jud, iniciada em outubro de 2014;
- d) O respeito ao calendário de obrigações legais, com acompanhamento dos avisos enviados pela ABRAPP, para cumprimento dos compromissos pela respectiva área responsável;
- e) O registro das informações mínimas que permitem identificar, individualmente, as partes contratantes, as características e os valores dos contratos negociados;
- f) A delegação de funções por meio de normativos;
- g) O acompanhamento das atividades da Diretoria Executiva realizado pelo Conselho Fiscal, por meio de suas sessões ordinárias e extraordinárias, bem como dos seus respectivos relatórios e atas de sessões;
- h) O monitoramento realizado pelo Conselho Deliberativo, que, para a tomada de decisões, acompanha de perto as atividades da Diretoria Executiva;
- i) O presente Relatório de Controles Internos, que engloba o Relatório de Acompanhamento da Política de Investimentos por plano, com elaboração semestral;
- j) O acompanhamento das solicitações do Conselho Fiscal pela Assessoria de Controle Interno;
- k) O acompanhamento e monitoramento das ações judiciais pela Assessoria Jurídica (Asjur);
- l) O acompanhamento do Planejamento Estratégico e Indicadores 2016-2020, bem como monitora o cumprimento de suas metas e do Plano de Ação Tático da Funpresp-Jud, e ainda o resultado dos indicadores de gestão e desempenho, visando assegurar a interação entre o planejamento e sua execução, viabilizando a correção de desvios e a retroalimentação permanente de todo o processo de planejamento.

Frise-se que a Execução Orçamentária, assim como o PB e o PGA, é acompanhada por meio dos balancetes mensais enviados ao Conselho Fiscal e à PREVIC, bem como apresentados pela Diretoria, periodicamente, por escrito e verbalmente, junto a relatórios de execução.

6.3. Transparência

A transparência é princípio que deve nortear a gestão do administrador de forma a possibilitar, além da supervisão dos órgãos de controle, o chamado controle social que tende a tornar-se cada vez mais presente, efetivo e disseminado com a expansão do conhecimento, fato este que contribui para a melhoria da gestão pautada nas boas práticas de governança.

O sítio da Funprep-Jud desponha na vanguarda do quesito transparência uma vez que disponibiliza na rede mundial, aberto a todos, informações sobre o seu portfólio como: participantes, patrimônio, contribuições e despesas, por meio da ferramenta interativa Painel de Governança e Transparência, além de relatório gerenciais, contábeis e de controle.

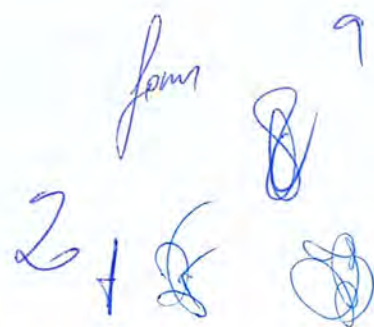
Essa ampla abertura revela em um sentido macro um modelo de gestão a ser trilhada, especialmente nas organizações de natureza pública, que têm na transparência um importante princípio que possibilita o acompanhamento da gestão por meio da participação popular.

6.3.1. Portal de Governança e Transparência

Trata-se de importante ferramenta *Business Intelligence* (software Tableau) que traz resultados imediatos e possibilita, de forma célere, a criação, com apenas alguns cliques, de gráficos interativos (*dashboards*), bem como permite a busca de informações no banco de dados da Fundação, o compartilhamento e o download de arquivos.

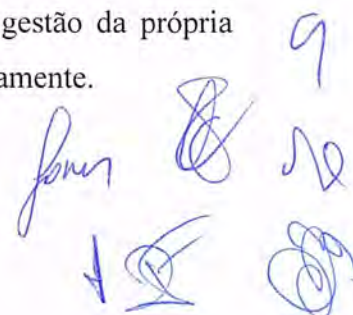
6.3.2. Relatórios

Além da ferramenta vista anteriormente, a Funpresp-Jud divulga os seguintes relatórios:

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature 'fomr' and several smaller initials and marks.

Nome do Relatório	Descrição	Periodicidade
RPRESI - RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA	Relatório de natureza gerencial de acompanhamento das atividades relacionadas ao Planejamento Estratégico da Fundação e de prestação de contas das principais atividades e projetos desenvolvidos pelo Gabinete e pelas Assessorias da Presidência.	Mensal
RDEC - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	Relatório de Demonstrações Contábeis que tem como objetivo apresentar as informações contábeis da Fundação.	Mensal
RCON - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	Relatório de Conhecimento resumido sobre a execução orçamentária e apresentação dos indicadores de gestão.	Mensal
RGEP - FOLHA DE PAGAMENTO E CAPACITAÇÃO	Relatório de Gestão de Pessoas que reúne informações de despesa com salário, benefícios, encargos sociais, bem como capacitação dos dirigentes, empregados e conselheiros.	Mensal
RPDTI - ACOMPANHAMENTO DE AÇÕES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Relatório de Acompanhamento de Ações do PDTI e apresentação dos indicadores de gestão de projetos e processos estratégicos.	Mensal
RINV - RELATÓRIO DE INVESTIMENTO	Relatório de Investimento que reúne informações sobre resultados dos investimentos, estratégia adotada, indicadores e comportamento dos mercados financeiros.	Mensal
RREL - RELACIONAMENTO COM O PARTICIPANTE	Relatório de Relacionamento de informação mensal sobre relacionamento com participantes, patrocinadores e terceiros.	Mensal
RARC - ARRECADAÇÃO E CADASTRO	Relatório de Arrecadação e Cadastro que reúne informações sobre as contribuições e estatísticas de participantes.	Mensal
RCONS - COORDENADORIA DE ATUÁRIA E DE BENEFÍCIOS	Relatório de Consistência de informação mensal sobre consistências de arrecadação, cadastro e provisões matemáticas.	Mensal
Relatório de Atividades da Diretoria Executiva	Relatório de natureza gerencial e visa prestar contas aos participantes, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e patrocinadores sobre as atividades desenvolvidas, bem como dar transparência aos resultados alcançados.	Trimestral
Relatório Semestral de Acompanhamento da Gestão	Referente ao 1º Semestre de 2017, emitido pela Assessoria de Controle Interno (Ascoi), para o acompanhamento da gestão do passivo, dos investimentos, do orçamento, da contabilidade e dos contratos e licitações ocorridos no primeiro semestre de 2017.	Semestral
Relatório dos Encontros Regionais	Relatório dos encontros ocorridos em Foram realizados no Rio de Janeiro (12/5), Belém (19/5), Florianópolis (26/5), Recife (02/06), São Paulo (09/06), Belo Horizonte (23/06) e Brasília (30/06).	

Observa-se uma produção significativa de informações sobre a gestão da própria entidade, o que facilita e permite um controle efetivo e atuante tempestivamente.

9


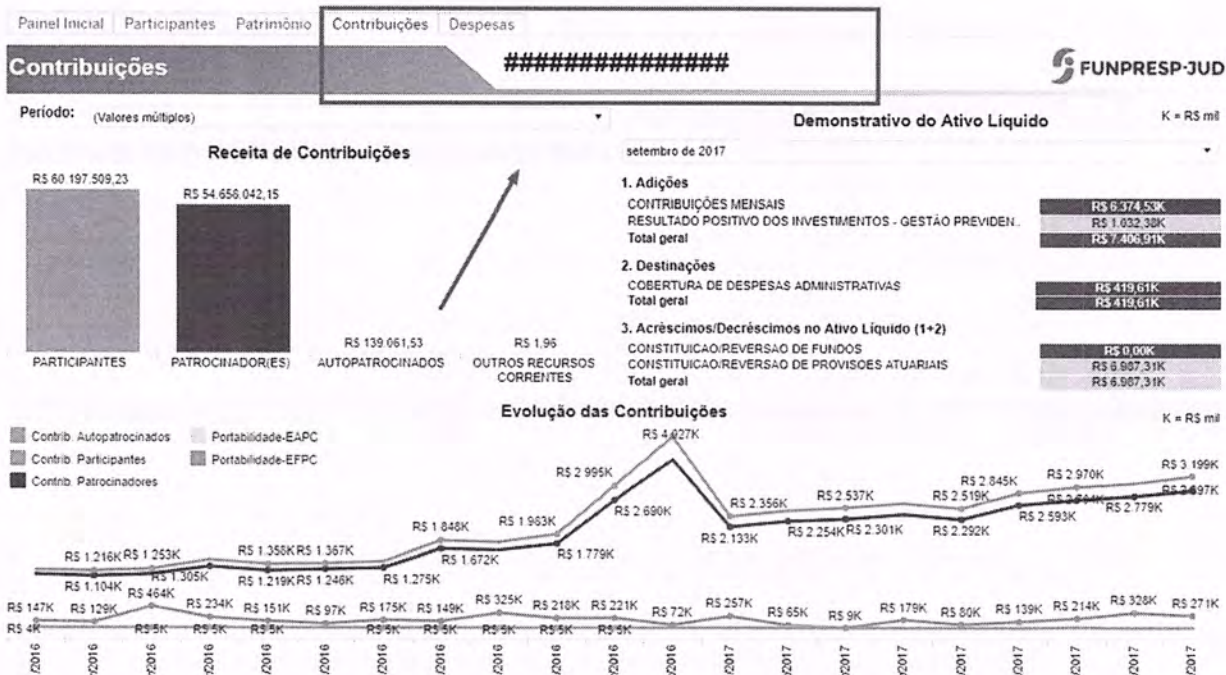
Há ainda a disponibilização de outros relatórios como: Demonstrativos Anuais (Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Muta  o do Ativo L  ido – DMAL, Demonstr  o da Muta  o do Patrim  nio Social – DMPS, Demonstr  o das Provisões Técnicas – DPT, Demonstr  o do Ativo L  ido – DAL, Demonstr  o do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Notas Explicativas, Manifesta  o do Conselho Deliberativo, Parecer do Conselho Fiscal, Parecer dos Auditores Independentes, Relatório dos Auditores Independentes), Balancetes, Nota Técnica Atuarial e Demonstrativos Atuariais.

6.3.3. Análise da Transparência

Verifica-se que a Funda  o disponibiliza uma gama elevada de informa  es na rede mundial, o que, mais uma vez, evidencia a transparência conjugada com as boas práticas de governança e uma gestão norteada pela aderência    conformidade (*compliance*).

Nesse sentido, não se constatou evidências de práticas que merecessem ressalvas por parte deste Colegiado. No entanto, sugere-se, a título colaborativo, a observância das seguintes situa  es:

- a) no tocante    presta  o de contas de suprimento de fundos, recomenda-se planejar gastos de forma a evitar a ocorrência da multiplicidade de tarifas de saque em um mesmo dia (Rcon 06/2017, Tabela 3 – Movimenta  o de Suprimento de Fundos, dia 22/06/2017);
- b) evidenciar a quantidade de agentes supridos e política de rotatividade;
- c) No item 4.4 – Contratos e licita  es – do Relatório de Acompanhamento da Gestão – 1   Semestre de 2017, corrigido, consta na Tabela 27, no mês de maio o valor de R\$ 79.260,00 referente ao processo 00.026/2017, Licenciamento de conteúdo por intermédio do software denominado “AE Broadcast”, por inexigibilidade. E no extrato do Aviso de Inexigibilidade de Licita  o 003/2017, a data de 21/04/2016, e o valor de R\$ 72.780,00 (Extrato de Contrato n   6/2017 – DO de 25/5/2017, Se  o 3, página 139);
- d) No Portal de Governança e Transparência, no *software* Tableau, na aba “Contribui  es”, sugere-se dimensionar a limita  o do campo, já que não está exibindo a informa  o numérica (verificado nos dias 09 e 14/12/2017).



Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page.

7. Manifestação final

Em atendimento à Resolução-CGPC nº 13/2004, parágrafo único, incisos I e II, encaminhe-se o presente relatório para conhecimento do Conselho Deliberativo.

Ressalta-se que este Conselho Fiscal, na qualidade de órgão de controle interno da Funpresp-Jud, nos termos da Resolução-CGPC nº 13/2004, busca aprimorar seus trabalhos e ter uma atuação substancial na gestão, na medida em que valida os controles internos da Fundação.

Ante o exposto e considerando os exames realizados pelos membros deste Conselho Fiscal, conforme registrado nas respectivas atas relativas ao período avaliado, os relatórios da Diretoria Executiva, seus vários segmentos e os normativos que regem a Funpresp-Jud, este Conselho conclui pela suficiência dos controles internos no momento atual da Fundação, sem prejuízo das recomendações e dos aprimoramentos aqui sugeridos.

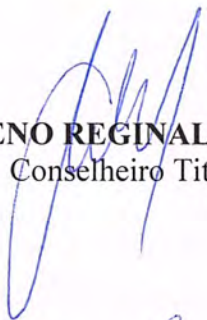
As recomendações deste relatório foram expostas nos itens 2.7, 3.4, 5 e 6.

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Judiciário (Funpresp-Jud), em cumprimento às obrigações estatutárias que lhes são conferidas pelo art. 42, V, do Estatuto Social vigente e em atendimento ao art. 19 da Resolução-CGPC nº 13/2004, reuniram-se, nesta data, na sede da Funpresp-Jud, após as análises dos documentos que subsidiaram este escrito, para finalizar o Relatório de Controles Internos referentes ao primeiro semestre de 2017, manifestando-se pela regularidade das premissas e hipóteses atuariais, dos resultados patrimoniais do Plano de Benefícios, da gestão dos recursos do Plano de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa e pela regularidade contábil da execução do orçamento.

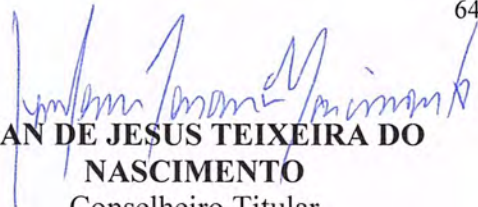
Brasília/DF, 1º de março de 2018.


LEONARDO PEIXOTO DE MELO
Conselheiro Titular e Presidente

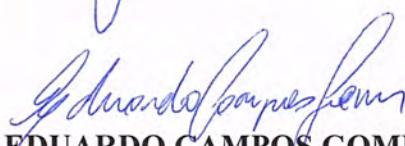

PATRÍCIA SILVA BERNARDI PERES
Conselheira Titular e Presidente Substituta



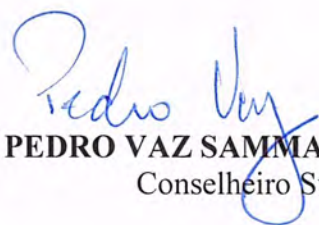
ADRIENO REGINALDO SILVA
Conselheiro Titular



**IVAN DE JESUS TEIXEIRA DO
NASCIMENTO**
Conselheiro Titular



EDUARDO CAMPOS GOMES
Conselheiro Suplente



PEDRO VAZ SAMMARCO FREITAS
Conselheiro Suplente

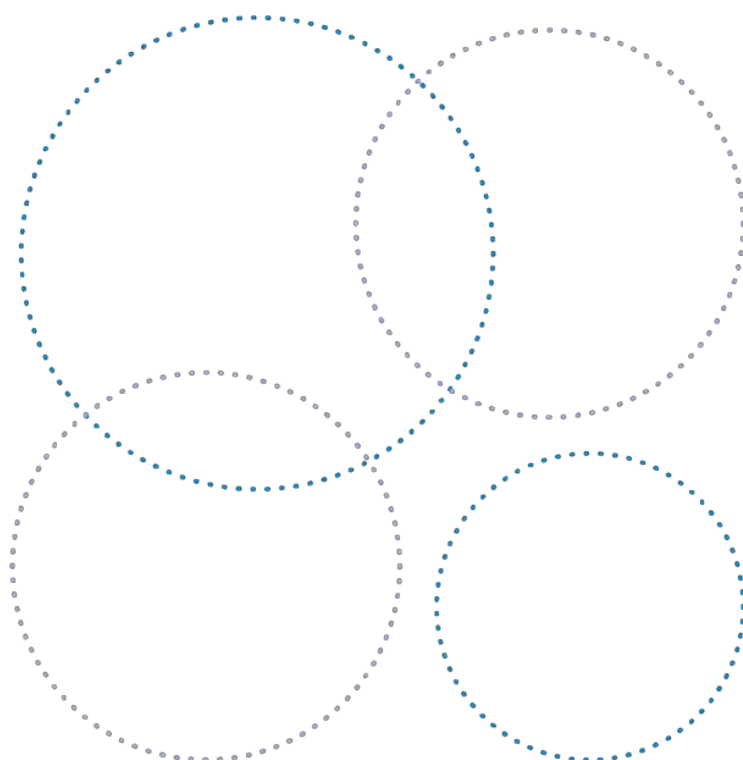


**ANNE FLORIANNE DA ESCÓSSIA
LIMA**
Conselheira Suplente



THIAGO BERGMANN DE QUEIROZ
Conselheiro Suplente

Resposta da Diretoria Executiva ao Relatório de Controle Interno do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2017



Resposta ao relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre/2017

Nota de Esclarecimentos da Diretoria Executiva em relação aos apontamentos e recomendações constantes do Relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2017.

A Diretoria Executiva, ao tomar conhecimento dos apontamentos do Conselho Fiscal em seu Relatório de Controles Internos referente ao 1º semestre de 2017, apresenta os esclarecimentos e providências:

2.1 Informações cadastrais

Registra-se 8.021 participantes em junho de 2017 em face de 6.934 participantes em dezembro de 2016, representando o acréscimo de 1.087 participantes. Dos 8.021, 7.751 são patrocinados, 235 são vinculados, 10 são autopatrocinados e 25 estão no prazo de opção dos institutos. A fundação conta com dois participantes beneficiários em gozo de Benefício.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

Esclarecemos que em 2017 não foram concedidos benefícios, portanto não há participantes em gozo de benefícios, conforme pontuado pelo Conselho Fiscal.

Por oportuno, informamos que em janeiro de 2018 foi realizado o primeiro pagamento de benefício, em parcela única, aos herdeiros legais do participante falecido cujo o vínculo era com o Patrocinador do MPDFT. Para os demais falecimentos ocorridos, esclarecemos que estamos aguardando o pedido de concessão de benefício para dependentes ou herdeiros legais.

2.2 Informações atuariais e de benefícios

No segundo semestre de 2016, foram registradas cinco mortes de participantes, sendo que uma delas gerou o pagamento de pensão para o beneficiário e as demais serão vertidas aos herdeiros legais. Destaca-se que o número de ocorrências extrapolou a quantidade esperada segundo as premissas atuariais. Desse modo, recomenda-se gerar histórico de ocorrências para utilização nas futuras avaliações.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

As mortes de participantes são acompanhadas e controladas pelo atuário do Plano e anualmente consideradas nas avaliações atuariais.

2.7 Recomendações

2.7.1. Recomenda-se a manutenção dos procedimentos acerca da alimentação e da validação de dados cadastrais, de forma a assegurar a qualidade da base de dados necessária para o acompanhamento das premissas atuariais e realização de estudos futuros, em consonância com a Instrução-PREVIC nº 23/2015, e para os fins do disposto na Instrução-SPC nº 18/2007.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

Recomendação acatada. Serão emitidos relatórios específicos sobre o processo cadastral e sua consistência, com o registro das críticas e tratamento dado para cada situação.

2.7 Recomendações

2.7.2 Recomenda-se a manutenção permanente dos controles dos fluxos contábeis, para assegurar a integridade da conversão das contribuições em cotas e vice-versa, bem como dos controles dos saldos individuais em cotas, as quais devem ser apropriadas efetivamente na data do efetivo ingresso do recurso, especialmente em relação aos órgãos patrocinadores que não adotaram as providências solicitadas pela Diretoria de Seguridade por meio do Ofício Circular nº 15 /DISEG, de 28/11/2016.

Esclarecimento das Diretorias de Administração e de Seguridade

A apropriação das contribuições recebidas pela Fundação é realizada na data do efetivo ingresso, com aplicação de multa e juros, quando couber.

A partir de janeiro de 2018 entrou em produção a função de controle de patrimônio do módulo previdencial, a qual consolida as informações da arrecadação, e após encerrada, encaminha as informações para o módulo contábil, que por sua vez registra os valores possibilitando a conciliação com as informações do módulo financeiro (banco).

Além disso, estão sendo desenvolvidos projetos e ações em conjunto pela Diretoria de Administração e de Seguridade, visando aperfeiçoar o processo de arrecadação e sua contabilização com resultados já promissores.

2.7 Recomendações

2.7.3 Recomenda-se avaliar os possíveis impactos administrativos e financeiros da PEC 287, no regime de previdência complementar da Funpresp-Jud, promovendo, se for o caso, maior intensificação da divulgação do plano de benefício e das regras de migração para a previdência complementar.

Esclarecimento Diretoria de Seguridade

A Diseg vem realizando palestras sobre a reforma da previdência desde o envio da PEC 287/2016 ao Congresso Nacional, com intensificação da divulgação sobre migração, cálculo do benefício especial e plano de benefícios JusMP-Prev.

Em 2018, já foram mais de 1.800 membros e servidores esclarecidos pessoalmente, sem contar com aqueles que visualizaram os esclarecimentos por meio de transmissão online ou vídeos disponibilizados pelos patrocinadores, conforme segue:

Mês	Data	Local	Qtd
Janeiro	12/01/2017	TJDFT (Fórum de Santa Maria)	6
	19/01/2018	STJ	45
	29/01/2018	TRE-SP	40
	29/01/2018	AMATRA2 (São Paulo)	200
Fevereiro	20/02/2018	TRT da 15ª Região	80
	26/02/2018	MPT	6
	26/02/2018	PGT	8
	27/02/2018	CNJ	14
	28/02/2018	PGR	8
Março	02/03/2018	TRT da 24ª Região	48
	05/03/2018	TRT da 20ª Região	70
	08/03/2018	STF	25
	09/03/2018	TRT DA 3ª Região	34
	09/03/2018	PRMG	42
	14/03/2018	EJUD2	85
	15/03/2018	Comissão de Prev. Com. OAB-DF	20
	16/03/2018	AMATRA 18	45
	19/03/2018	PGR	200
	20/03/2018	TST	40
	23/03/2018	TRT 21	35
	23/03/2018	JF RN	40
	24/03/2018	JF RN	5
	26/03/2018	TRE PA	39
	26/03/2018	JF PA	18
	26/03/2018	PR PA	20
	26/03/2018	TRT 8	32
Abril	02/04/2018	PRT da 1ª Região	7
	02/04/2018	PRR da 2ª Região	37
	02/04/2018	TRF da 2ª Região	50
	03/04/2018	SJ-RJ	35

Resposta ao relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre/2017

	03/04/2018	TRT 1	40
	03/04/2018	PR-DF	20
	06/04/2018	AMATRA V	40
	06/04/2018	TRT 10	20
	10/04/2018	TRT da 14ª Região	60
	13/04/2018	ANPT	250
	13/04/2018	SISEJUFE	20
	16-17/4/2018	TRT 15	70
Total			1.854

2.7 Recomendações

2.7.4 Recomenda-se que os Relatórios de Consistência qualifiquem e quantifiquem as inconsistências da análise da base cadastral e dos resgates e devolução, bem como seja criada seção para descrever os benefícios pagos pela Fundação.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

Recomendação acatada. Serão emitidos relatórios específicos sobre o processo cadastral e suas consistências, com o registro das críticas e tratamento dado para cada situação. Assim como o acompanhamento dos resgates e devoluções decorrentes do cancelamento da adesão automática.

2.7 Recomendações

2.7.5 Recomenda-se que o Portal da Transparência da Funpresp-Jud apresente informações quanto aos benefícios pagos.

Esclarecimento da Diretoria de Administração e Seguridade

Informo que tal demanda será atendida até setembro/2018 em razão de outras demandas planejadas para o primeiro semestre que requerem o mesmo recurso, mas com maior prioridade, tais como: portal do patrocinador, painel de indicadores da área de relacionamento e atendimento ao participante, painel da arrecadação, painel de acompanhamento do orçamento e painel de investimentos.

2.7 Recomendações

2.7.6 Recomenda-se que a Assessoria de Controle Interno inclua nas suas avaliações testes dos controles internos relativos aos saldos individuais em cotas.

Esclarecimento da Presidência

Recomendação acatada. A partir dos relatórios referentes ao exercício de 2018 serão realizados testes de conformidade no processo de arrecadação, com emissão de manifestação específica, a fim de verificar a efetividade dos controles do processo de apropriação das contribuições.

3. Gestão dos investimentos

No Relatório de Controles Internos do 2º semestre de 2016, esse Conselho Fiscal recomendou que os relatórios mensais da DIRIN agreguem dados da rentabilidade acumulados nos doze meses anteriores. Não se constatou o atendimento a essa recomendação, permanecendo válida no presente documento.

Esclarecimento da Diretoria de Investimento

A recomendação foi acatada. As informações constam, desde junho de 2017, dos relatórios resumidos da Dirin, disponibilizados na área de transparência do site da Fundação.

5. Gestão das arrecadações

De acordo com os relatórios mensais de Arrecadação e Cadastro - RARC, dos meses de janeiro a junho de 2017, foram verificadas algumas soluções iniciais no mês de janeiro dos três itens apontados. Nos meses de fevereiro, março e abril os números apresentados nos relatórios foram os mesmos do mês de janeiro. Já nos meses de maio e junho foram realizadas mais algumas notificações, encerrando o semestre com os números constantes do quadro demonstrado abaixo.

Inconsistências Financeiras	Total Apurado	Total Ajustado	Total não ajustado	% Total Ajustado
Diferença de contribuição entre participante e patrocinador	261	145	116	55,56%
Ausência de contribuição no mês	2078	234	1844	11,26%
Nunca houve contribuição	8	3	5	37,50%
TOTAL	2347	382	1965	16,28%

Nota-se que o item de maior pendência – “ausência de contribuição no mês” alcançou apenas 11,26% de solução. Já os outros dois itens também não obtiveram um número satisfatório de resoluções. Ao final, apenas 16,28% das inconsistências foram

acertadas. Portanto, percebe-se que, embora o fluxo relativo à entrada de contribuições e seu processamento nas áreas de investimento, arrecadação, tesouraria até o registro contábil esteja, aparentemente, apto a identificar as falhas no recolhimento das contribuições, a Entidade ainda carece de mecanismos eficientes para fazer chegar, tempestivamente, às contas dos participantes todo o volume a que fazem jus.

....

Como já recomendado no relatório de controles internos do segundo semestre de 2016, este Conselho reforça a recomendação de adoção de procedimentos com o fito de dinamizar o processamento da arrecadação e a correção das divergências e inconsistências cadastrais e financeiras além de constante atualização de novas pendências.

....

O mesmo relatório demonstra que, em todos os meses do 1º semestre de 2017, houveram atrasos de repasses dos mapas-resumo dos patrocinadores além de Inconsistências e divergências financeiras. Portanto, nos patrocinadores e na Funpresp-Jud ainda há necessidade de aperfeiçoamento dos processos de trabalho no que pertine à arrecadação.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

Atualmente a Coordenadoria de Arrecadação e de Cadastro (Coarc) conta com a seguinte estrutura: 1 Coordenador e 2 assistentes concursados. O primeiro assistente concursado tomou posse em fevereiro de 2017 e pediu demissão em março de 2018. Foi empossado o assistente substituto ainda em março e está sendo treinado para auxiliar as atividades da área. O segundo assistente foi nomeado em fevereiro de 2018 e pediu demissão em março de 2018. Para esta vaga houve a nomeação do novo assistente em 12/04/2018.

Vale ressaltar que o Coordenador da Coarc acumulou no período de novembro/2017 a abril/2018 as funções operacionais da Coordenadoria de Atuária e de Benefícios (Coabe).

Um processo seletivo foi realizado e um novo atuário tomou posse no dia 12/04/2018, estando em treinamento juntamente com os demais assistentes da Coarc.

Em resumo, a Diretoria de Seguridade necessitará de um tempo para treinar os novos membros da equipe e executar o planejamento da área.

Por fim, informamos que até o mês de julho de 2018 a Diretoria de Seguridade apresentará aos Conselhos Deliberativo e Fiscal o planejamento e o cronograma de implementação das rotinas e melhorias dos processos de arrecadação e de cadastro.

5. Gestão das arrecadações - continuação

Outro aspecto importante a ser avaliado neste item referente à arrecadação é a quantidade de cancelamentos de inscrição no Plano de Benefícios JusMP-Prev.

É certo que há muitos casos em que a taxa de adesão chega a 100% do número de ingressos. Contudo, considerando que o número de ingressos com adesão automáticas, sugere-se seja realizado um estudo com os patrocinadores onde o percentual de cancelamentos é maior, a fim de apurar os motivos dos cancelamentos e possibilitar o aprimoramento da estratégia de venda do plano de benefícios.

Destaca-se que a Fundação adota a estratégia de venda e manutenção com os representantes da Funpresp-Jud nos patrocinadores. Salientar que há patrocinadores com altos índices de cancelamentos com sede na capital federal, o que certamente facilita o acompanhamento e treinamento de seus representantes pela Fundação.

Outro ponto a ser avaliado é se o custo das palestras presenciais realizadas pela Diretoria de Seguridade alavancado a quantidade de adesões. No mesmo Ofício nº 295/PRESI-DE, especificamente no item que trata dos esclarecimentos referentes à 7ª Sessão Ordinária deste Conselho, item 4.1, a Diretora-Presidente apresenta uma tabela com todas as palestras realizadas até o dia 25 de agosto deste ano pela Diretoria de Seguridade, em 27 patrocinadores diferentes de diversas regiões do país.

Desses 27 patrocinadores, a Diretora-Presidente selecionou 6 para demonstrar o número de inscrições por consequência das palestras, conforme o quadro abaixo:

	jan/17	fev/17	mar/17	abr/17	mai/17	jun/17	jul/17	ago/17	set/17	Tot
TSE	1	2	1	0	0	0	11	1	0	16
TRF3ª	16	1	0	2	0	0	8	5	8	40
TRE-MG	4	1	3	2	3	2	16	9	0	40
STJ	2	1	6	4	12	7	7	4	2	45
TRT 1º	16	1	3	0	2	1	53	0	2	78
MPDFT	8	5	13	3	1	48	11	0	4	93
Total	47	11	26	11	18	58	106	19	16	312

Nessa tabela é apresentado o número de inscrições. Contudo, o estudo deve considerar também o número de cancelamentos, o que fica claro no caso do MPDFT Nesse patrocinador, se considerarmos todo o primeiro semestre, foram 78 inscrições da tabela acima, mas também 62 cancelamentos das inscrições automáticas da tabela apresentada anteriormente.

O resultado sugere que, apesar das inscrições no período próximo às palestras, elas não foram capazes de conter o alto índice de cancelamentos.

Ademais, em alguns exemplos constantes da tabela com o número de inscrições por mês, como não há o número de presentes a cada evento, pode-se deduzir que a palestra

foi proferida a uma quantidade pequena de pessoas, a justificar questionamento quanto à relação custo x benefício dessa prática.

Por esses motivos, recomenda-se um estudo comparativo entre as modalidades de divulgação do Plano de Benefícios da Funpresp-Jud aos servidores dos patrocinadores, considerando variáveis outras além do número absoluto e relativo de inscrições, tais como o custo de cada modalidade, o número de cancelamentos, a quantidade de pessoas alcançadas e a quantidade de colaboradores envolvidos, possibilitando avaliar o modo mais eficiente e aplicação dos recursos, com o objetivo de levar a melhor informação sobre a Fundação, seu Plano de Benefícios e auxiliar no alcance mais célere do ponto de equilíbrio.

Este Conselho sugere a análise da possibilidade de implementação de uma rotina de controle de adesão automática junto aos patrocinadores nos dias que sucederem a novas posses em cada órgão, com auxílio dos representantes da Funpresp-Jud. Atualmente, realiza-se o acompanhamento de novas posses pelo Diário Oficial o que pode não ser suficiente para quantificar o número de servidores que as áreas de gestão de pessoas dos patrocinadores enquadram no novo regime previdenciário.

Como exemplo de controle interno que poderia ser adotado, ilustra-se: Após 10 dias da posse e entrada em exercício, o patrocinador poderia enviar um relatório com a quantidade e nome desses servidores. Transcorridos 90 dias, prazo para o cancelamento da inscrição automática, um novo relatório poderia ser encaminhado à Fundação com a quantidade e nomes dos servidores que optaram pelo cancelamento.

Uma rotina nesses moldes poderia auxiliar na quantificação na qualificação dos cancelamentos de servidores do novo regime previdenciário, a fim de possibilitar uma melhoria nos resultados e atuações da Diretoria de Seguridade da Funpresp-Jud.

Esclarecimento da Diretoria de Seguridade

As recomendações serão analisadas pela Diseg, para posterior deliberação da Direx, após o encerramento do prazo de migração, que ocorrerá em 28/7/2018, devido à grande demanda concentrada nos dias que antecedem o prazo fatal.

Esclarecemos que das apresentações/treinamentos realizados no primeiro semestre de 2017 pelo Diretor de Seguridade, somente quatro tiveram custos para a Funpresp-Jud:

Data	Diárias	Passagem	Patrocinador	Objetivo
08/02/2017	R\$180,00	-	TRT 15	Ambientação de novos servidores
07/03/2017	R\$180,00	-	TRT 15	Ambientação de novos servidores

Resposta ao relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre/2017

09/06/2017	R\$1.492,50	R\$869,44	SJRJ e TRF 2ª	Palestra para membros e servidores e treinamento do cálculo do benefício especial
26/06/2017	R\$810,00	R\$836,50	PRSC e SJSC	Palestra para membros e servidores
TOTAL	R\$2.302,50	R\$1.705,94		

Por oportuno, informamos que não estão incluídas as despesas com os Encontros Regionais realizados nos meses de maio e junho, cujo o relatório com a descrição dos custos e detalhamento dos eventos foi encaminhado aos Conselhos Deliberativo e Fiscal e está disponível na área de transparência do site da Fundação.

6.1 Governança

Os aspectos averiguados em torno de governança denotam a aderência às boas práticas nos vários níveis de gestão, posicionando a entidade na vanguarda em tópicos como transparências, de forma a servir de parâmetro como modelo de boa gestão corporativa.

No entanto, para contribuir com a boa governança, o Conselho Fiscal sugere a observância dos seguintes pontos:

- a) apesar de existir formalmente, o Comitê de Ética e Conduta, ele não consta da estrutura organizacional;
- b) aperfeiçoar os mecanismos de relacionamento com o participante e/ou usuário no sentido de possibilitar um canal que funcione como uma espécie de ouvidoria, canal de denúncia ou ombudsman;
- c) disponibilizar, na página eletrônica da Fundação, a resolução do Conselho Deliberativo que normatizou o Código de Ética e Conduta, cujo texto foi aprovado na 11ª Sessão Ordinária, de 9 de novembro de 2016.

Esclarecimento da Diretoria Executiva

A recomendação do item “a” foi atendida, a estrutura organizacional foi atualizada e publicada no site da Fundação.

Quanto a recomendação do item “b” será analisada a questão para apresentação, em momento oportuno, de proposta que atenda o porte e a complexidade das atividades da Fundação.

Com relação ao item “c” informamos que não foi emitida pelo Conselho Deliberativo Resolução de normatização do Código de Ética e de Conduta.

6.3.3. Análise da transparência

Verifica-se que a Fundação disponibiliza uma gama elevada de informações na rede mundial, o que, mais uma vez, evidencia a transparência conjugada com as boas práticas de governança e uma gestão norteada pela aderência à conformidade (compliance).

Nesse sentido, não se constatou evidências de práticas que merecessem ressalvas por parte deste Colegiado. No entanto, sugere-se, a título colaborativo, a observância das seguintes situações:

a) no tocante à prestação de contas de suprimento de fundos, recomenda-se planejar gastos de forma a evitar a ocorrência da multiplicidade de tarifas de saque em um mesmo dia (Rcon 06/2017, Tabela 3 Movimentação de Suprimento de Fundos, dia 22/06/2017);

b) evidenciar a quantidade de agentes supridos e política de rotatividade;

c) No item 4.4 – Contratos e licitações - do Relatório de Acompanhamento da Gestão 1º Semestre de 2017, corrigido, consta na Tabela 27, no mês de maio o valor de R\$ 79.260,00 referente ao processo 00.026/2017, Licenciamento de conteúdo por intermédio do software denominado "AE Broadcast", por inexigibilidade. E no extrato do Aviso de Inexigibilidade de Licitação 003/2017, a data de 21/ 04/2016, e o valor de R\$ 72.780,00 (Extrato de Contrato nº 6/2017 - DO de 25/5/2017, Seção 3, página 139);

d) No Portal de Governança e Transparência, no *software* Tableau, na aba Contribuições sugere-se dimensionar a limitação do campo, já que não está exibindo a informação numérica (verificado nos dias 09 e 14/12/2017).

Esclarecimento da Diretoria de Administração

a) Recomendação acatada. O caso de saques múltiplos foi uma ocorrência isolada com orientação expedida pela Diretoria de Administração para não serem realizados. Além disso, utilização de cartão de débito com tarifas foi substituída por cartão de crédito. Não são mais realizados saques. Em situações de necessidade de ressarcimento, o pagamento é realizado por transferência bancária DOC ou TED.

b) A quantidade de supridos na fundação é limitada a apenas duas pessoas em razão do quadro enxuto de servidores da Coordenadoria de Administração e Finanças - Coafi. Por questão de segurança e opção estratégica do Diretor de Administração, não há haverá política de rotatividade enquanto o quadro da Coafi for reduzido.

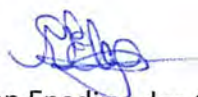
c) As publicações de extrato do contrato no link http://www.funprespjud.com.br/wp-content/uploads/2017/07/PDFs5-Extrato_Aviso-de-Publicacao.pdf e no DOU no Link

Resposta ao relatório de Controles Internos do Conselho Fiscal – 1º semestre/2017

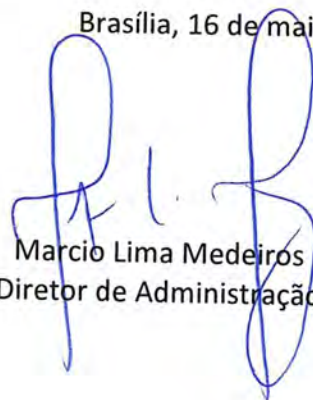
<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=3&pagina=139&data=25/05/2017> estão corretas com a consignação do valor do contrato em R\$ 72.780,00. O relatório RCON 05/2018 foi retificado e publicado com a informação idêntica.

d) Foi redimensionado o campo que registra o acumulado das contribuições do Painel de Governança e Transparência e criada rotina junto à Coordenadoria de Tecnologia e Informação para validação de dados apresentados.

Brasília, 16 de maio de 2018.



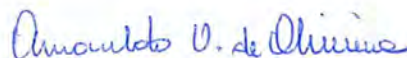
Edmilson Enedino das Chagas
Diretor de Seguridade



Marcio Lima Medeiros
Diretor de Administração



Ronnie Gonzaga Tavares
Diretor de Investimentos



Amarildo Vieira de Oliveira
Diretor-Presidente

